

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

MÁRIO VICTOR VERAS DE ALMEIDA

O REFLEXO PARLAMENTAR DA AGENDA EVANGÉLICA:
Uma Análise da Câmara Municipal do Recife

RECIFE

2024

MÁRIO VICTOR VERAS DE ALMEIDA

O REFLEXO PARLAMENTAR DA AGENDA EVANGÉLICA:

Uma Análise da Câmara Municipal do Recife

Dissertação apresentada ao fim do
Mestrado no curso de Ciência Política na
Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Prof^a Dr^a Nara Pavão

Co-Orientadora: Prof^a Dr^a Gabriela
Tarouco

RECIFE

2024

Almeida, Mario Victor Veras de.

O Reflexo Parlamentar da Agenda Evangélica: Uma Análise da
Câmara Municipal do Recife / Mario Victor Veras de Almeida. -
Recife, 2024.

87 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política, 2024.

Orientação: Nara de Carvalho Pavão.

Coorientação: Gabriela Tarouco.

Inclui referências e apêndice.

1. Agenda legislativa; 2. Conservadorismo religioso; 3.
Comportamento político. I. Pavão, Nara de Carvalho. II. Tarouco,
Gabriela. III. Título.

UFPE-Biblioteca Central

FOLHA DE APROVAÇÃO

Para minha esposa, Samilly Prado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, que desde sempre me ensinou o valor da educação. Sou grato aos meus amigos, em especial a Clara Cantalice, Lucas Carvalho e José Luis, com os quais eu tive a sorte de dividir todas as alegrias e dificuldades da pós-graduação. Também quero agradecer as professoras Nara Pavão e Gabriela Tarouco por toda ajuda e ensinamentos, tenho a honra de ser orientado por duas mulheres e profissionais que eu admiro grandemente. Quero agradecer também ao CNPQ pelo apoio financeiro, pois como muitos, sem ele não teria como me dedicar a uma pós-graduação. Por fim, e não menos importante, eu quero agradecer a minha esposa Samilly Prado, talvez a pessoa mais incrível que eu já conheci na vida e com quem eu tenho a sorte de dividir todos os dias, ao lado de nossos gatinhos Pippa e Nicolau.

RESUMO

Qual a influência da agenda de grupos evangélicos na atividade legislativa de vereadores da bancada evangélica? O presente estudo descreve e analisa a atividade legislativa dos parlamentares religiosos da Câmara Municipal do Recife (CMR) na 17ª legislatura (2017-2020) e começo da 18ª legislatura (2021-2022) e sua relação com a agenda de grupos evangélicos conservadores. A hipótese do trabalho é de que o pertencimento à Bancada evangélica está associado à maior promoção de uma agenda política específica. Isso se deve à expectativa de que fatores eleitorais e ideológicos são os dois motivadores da atividade legislativa de parlamentares evangélicos (SMITH, 2019). Metodologicamente, o trabalho utiliza métodos mistos que combinam análises qualitativas de conteúdo e estatística descritiva. Nas duas legislaturas estudadas, a produção legislativa dos 39 vereadores da Câmara do Recife é descrita e avaliada a fim de se observar se existem diferenças de agenda entre o grupo de vereadores membros da Bancada evangélica e os demais parlamentares. Os resultados da análise mostram evidências dos principais pontos da agenda conservadora evangélica na produção legislativa de vereadores da bancada evangélica nas duas legislaturas, porém, a saliência dos temas da agenda religiosa é baixa, tanto os ideológicos quanto econômicos é baixa, o que não difere fortemente a bancada religiosa dos demais vereadores. A análise individualizada da produção legislativa da bancada religiosa também indica que a priorização da agenda conservadora religiosa pode ser uma ação individual dos vereadores.

ABSTRACT

What is the influence of the agenda of evangelical groups on the legislative activity of councilors from the Bancada Evangélica? The present study describes and analyzes the legislative activity of religious parliamentarians from the Recife City Council (CMR) in the 17th legislature (2017-2020) and the beginning of the 18th legislature (2021-2022) and its relationship with the agenda of conservative evangelical groups. The work hypothesis is that belonging to the evangelical caucus is associated with greater promotion of a specific political agenda. This is due to the expectation that electoral and ideological factors are the two motivators of the legislative activity of evangelical parliamentarians (SMITH, 2019). Methodologically, the work uses mixed methods that combine qualitative content analysis and descriptive statistics. In the two legislatures studied, the legislative production of the 39 councilors of the Recife Chamber is described and evaluated in order to observe whether there are differences in agenda between the group of councilors who are members of the Evangelical Caucus and the other parliamentarians. The results of the analysis show evidence of the main points of the evangelical conservative agenda in the legislative production of councilors from the evangelical caucus in both legislatures, however, the salience of themes on the religious agenda is low, both ideological and economic issues, which does not differ strongly the religious bench of the other councilors. The individual analysis of the legislative production of the religious caucus also indicates that the prioritization of the conservative religious agenda may be an individual action by the councilors.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 TEORIA E ARGUMENTO	14
2.1 O grupo evangélico brasileiro	14
2.2 O que leva a mobilização política evangélica?	18
2.2.1 A agenda ideológica	20
2.2.1 Os interesses institucionais	23
2.3 Evangélicos e Eleições para Vereador no Brasil	24
2.3.1 Clérigos e a representação política evangélica	25
2.3.2 Eleição de evangélicos e partidos políticos	27
2.4 A representação substantiva e a accountability evangélica	27
2.5 O papel da teologia nos interesses	29
2.6 A atuação legislativa municipal	30
3 METODOLOGIA	32
3.1 A Cidade do Recife	34
3.2 Evangélicos e Católicos	35
3.3 Banco de Dados	35
3.3.1 Explicação das variáveis relativas a instituições religiosas	37
3.3.2 Explicação das variáveis referentes a ideologia religiosa	37
3.3.3 Classificação dos temas	38
3.3.5 Projetos de decreto legislativo	40
3.3.6 Requerimentos	40
4 ANÁLISE DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA	42
4.1 Duas legislaturas com clivagens distintas	42
4.2 A Bancada Evangélica da 17ª legislatura	42
4.2.1 Projetos de Lei ordinária	43
4.2.2 Temática religiosa em PLOs	44
4.2.3 Saliência e tomada de posição	46
4.2.3.1 Comparação dos temas religiosos com os demais	47
4.2.4 Projetos de Decreto Legislativo	52
4.2.5 Requerimentos - Votos de repúdio e aplauso	54
4.3 A Bancada Cristã da 18ª legislatura	55
4.3.1 Projetos de Lei ordinária	56
4.3.1.1 Temática religiosa em PLOs	57
4.3.1.2 Comparação dos temas religiosos com os demais	58
4.3.1.3 Enfoque temático dos demais vereadores	60
4.3.2 Projetos de Decreto Legislativo	62
4.3.3 Requerimentos - votos de repúdio e aplauso	63
5 AS RETÓRICAS	66
5.1 Bancada Evangélica e Cristã	66
5.2 Demais vereadores	70

6 O COMPORTAMENTO INTRA GRUPO	72
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
BIBLIOGRAFIA	77
APÊNDICE A - BANCO DE DADOS	85

1 INTRODUÇÃO

Em agosto de 2020 uma menina de 10 anos natural do Espírito Santo foi transferida para o Recife após ter sido vítima de sucessivos abusos sexuais cometidos por um tio; na capital pernambucana a criança passou por um procedimento para a retirada do feto resultante dos abusos. O procedimento já tinha sido ordenado pelo juiz da Vara da Infância e da Juventude do Espírito Santo a pedido do Ministério Público, mas a vítima teve que ser transferida para Pernambuco após a equipe médica do Programa de Atendimento as Vítimas de Violência Sexual (Pavivi) ter se recusado a realização do procedimento (JORNAL DO COMMERCIO, 2020).

Após ter sido vazada a informação de onde ocorreria a interrupção da gravidez, um grupo formado por integrantes do Movimento Pró-Vida PE, grupos religiosos, deputados estaduais e vereadores ligados a grupos cristãos se aglomeraram na frente no Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam) realizando manifestações contrárias ao aborto legal, acusando o médico responsável de assassinato e questionando a escolha de Recife como local. O procedimento foi realizado, e os assistentes sociais que acompanharam a vítima afirmam que a criança passa bem e receberá todo o acompanhamento médico e psicológico necessário (JORNAL DO COMMERCIO, 2020).

Aproximadamente 1 ano após o ocorrido, na Câmara de Vereadores do Recife foi aprovado um voto de aplauso a favor do grupo Movimento Pró-Vida PE, considerado como um dos principais atores civis nos atos supracitados. O pedido foi feito pelos vereadores líderes da bancada cristã da casa - Michele Collins (PP) e Felipe Alecrim (PSC), que parabenizaram a coletividade por “relevantes serviços prestados em prol dos valores cristãos e da família tradicional brasileira” (JORNAL DO COMMERCIO, 2021). No recorte temporal do presente trabalho, o grupo formado por vereadores evangélicos representou em média quase um terço dos 39 assentos da Casa José Mariano.

Dentro do período delimitado pelos debates da assembleia constituinte até os dias atuais, os evangélicos foram figuras centrais de mudanças consideráveis no cenário político e social brasileiro. O grupo, antes minoritário e visto por décadas como apolítico, passou por um processo de crescimento demográfico e uma inserção na arena política, que hoje os coloca como um importante grupo de interesse. Apesar de sua capacidade de influência até em

eleições presidenciais, as complexas implicações de suas ações ainda são bastante desconhecidas.

Qual a influência da agenda de grupos evangélicos na atividade legislativa de vereadores da bancada evangélica? Buscando contribuir com a literatura existente relativa à representação política do grupo evangélico dentro de frentes parlamentares evangélicas em casas legislativas municipais, o presente estudo descreve e analisa a atividade legislativa dos parlamentares religiosos da Câmara Municipal do Recife (CMR) na 17ª legislatura (2017-2020) e começo da 18ª legislatura (2021-2022) e sua relação com a agenda de grupos evangélicos conservadores.

A hipótese do trabalho é de que o pertencimento à Bancada evangélica está associado à maior promoção de uma agenda política específica. Isso se deve à expectativa de que fatores eleitorais e ideológicos são os dois motivadores da atividade legislativa de parlamentares evangélicos (SMITH, 2019). A agenda desses grupos foi definida através de duas abordagens: uma institucional, focada na economia religiosa, e outra comportamental, focada na retórica conservadora de líderes evangélicos em temas relacionados principalmente à esfera sexual e de direito de minorias (SMITH, 2019). Dentro dessa agenda religiosa, trabalhos como De Souza (2013) apontam que existe um alinhamento do conservadorismo moral de parlamentares e boa parte do seu eleitorado. Em temas como o aborto e direitos da população LGBTQIA+, o ativismo religioso possui importância pois reivindica do Estado ações relativas também a não correligionários, buscando de forma legislativa resistir ao avanço de reivindicações de movimentos de minorias, além do acesso a direitos já existentes (DE SOUZA, 2013). Nesses casos, retóricas frequentes, como a da “defesa da família”, colocam o grupo em uma posição de vítima diante do avanço de pautas progressistas e da ampliação dos direitos civis de minorias observados nos últimos governos. No nível federal, podemos citar como exemplo dessa atuação legislativa evangélica a oposição instantânea que o então deputado Bolsonaro formou em 2011, com membros da Frente Parlamentar Evangélica e da Frente da Família, contra a projeto de lei que instituía o casamento entre pessoas do mesmo sexo, proposto pelo deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) (CONGRESSO EM FOCO, 2011).

A fundamentação teórica do projeto se baseia em duas literaturas. A primeira delas é a teoria da conexão eleitoral de Mayhew (2004), que enxerga a política legislativa como composta por legisladores que vão focar seus esforços em ações que eles creem que irão aumentar suas chances de reeleição. Se tratando de políticos ligados ao eleitorado religioso

(religiously based politicians), objeto do estudo, Smith (2019) afirma que esses incentivos eleitorais são somados à promoção de uma agenda política ideológica. A segunda literatura mobilizada é a de trabalhos como Batista (2020), que buscam compreender a relação entre saliência temática, preferências individuais dos parlamentares e suas relações com grupos de interesse, nesse caso o grupo religioso evangélico. Ações legislativas, aqui focadas na proposição de projetos, são uma forma de se compreender agendas, estas sofrendo influência de ideologias e posicionamentos políticos, sejam de origem partidária ou pessoal (TAROUÇO 2007, BATISTA 2020, QUADROS e MADEIRA 2020).

Dentro do cenário legislativo municipal, o presente trabalho considera a Bancada Evangélica como um grupo que atua de forma semelhante a frentes parlamentares, onde legisladores com interesses específicos se agrupam e articulam de forma a impor esses interesses dentro do espaço público (CORADINI, 2008, 2010). O interesse dos vereadores sobre os temas definidos é medido pela sua produção legislativa, onde essa produção funciona como uma demonstração de seu interesse propositivo (CORADINI, 2008; SILVA, 2014; SOUSA, 2017). A presente análise não considera a efetividade da atuação dos parlamentares, ou seja, se os projetos avançaram dentro da casa legislativa, pois a aprovação da legislação produzida é algo dependente de uma série de relações complexas e interesses contidos na arena política, superando a capacidade individual do parlamentar (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999; BATISTA e VIEIRA, 2016; BATISTA, 2020).

Metodologicamente, o trabalho utiliza métodos mistos que combinam análises qualitativas de conteúdo e estatística descritiva. Nas duas legislaturas estudadas, a produção legislativa dos 39 vereadores da Câmara do Recife é descrita e avaliada a fim de se observar se existem diferenças de agenda entre o grupo de vereadores membros da Bancada evangélica e os demais parlamentares. Para a medição da saliência dos dois grupos, foi realizada uma análise de conteúdo das justificativas escritas dos projetos de lei ordinária produzidos, onde estes foram classificados tematicamente utilizando variáveis categóricas (BATISTA e VIEIRA, 2016).

Os resultados da análise mostram evidências dos principais pontos da agenda conservadora evangélica na produção legislativa de vereadores da bancada evangélica nas duas legislaturas, porém, a saliência dos temas tanto ideológicos quanto econômicos é baixa para o grupo. Essa baixa saliência dos temas relacionados à agenda conservadora religiosa aponta para uma semelhança no comportamento dos vereadores do grupo evangélico e os demais vereadores, onde em média os vereadores dos dois grupos produzem pouco em temas

relacionados aos interesses religiosos. No caso do grupo dos demais vereadores, dentro da câmara legislativa do Recife temos ainda um grupo de vereadores de partidos de esquerda que produzem sobre a temática religiosa porém com posições antagônicas aos religiosos, com projetos que advogam a defesa de direitos de minorias e reprodutivos. Outro achado é o fato de que a produção legislativa das duas bancadas evangélicas sobre o tema ter sido viesada pela produção de uma única vereadora, a Missionária Michele Collins. Essa produção destoante feita pela parlamentar demonstra não só que a produção do grupo em média é menor do que a encontrada pela média da somatória de todos os parlamentares, como que a atuação focada na agenda conservadora religiosa pode ser ferramenta utilizada por legisladores específicos, de forma individual.

No próximo capítulo teremos a exposição da fundamentação teórica do projeto, constituída pela apresentação do grupo evangélico brasileiro, as motivações para sua entrada na arena política, a agenda conservadora do grupo, e o debate sobre representação legislativa e eleições municipais. Posteriormente na seção metodológica serão novamente apresentados os principais pontos do desenho da pesquisa, a constituição do banco de dados, a categorização temática, e a metodologia de análise qualitativa feita nas proposições legislativas. Na seção de análises, para compreender o comportamento de políticos da pauta identitária religiosa dentro da câmara legislativa municipal, teremos o estudo com estatística descritiva da produção dos vereadores das duas bancadas na duas legislaturas, a análise de saliência temática, e a apresentação das retóricas encontradas na produção legislativa dos dois grupos. Para compreender se a produção legislativa encontrada representa um comportamento de grupo ou individual de vereadores, na última subseção desta seção, temos a análise individualizada da produção dos vereadores da bancada evangélica. Na seção de considerações finais temos uma análise dos achados do estudo, já previamente apresentado no parágrafo anterior.

2 TEORIA E ARGUMENTO

Esta seção busca apresentar os principais pontos para a compreensão da relação entre o grupo evangélico e seus representantes em casas legislativas municipais. Introduzimos com a apresentação do grupo evangélico brasileiro, seguida pela apresentação dos principais fatores apontados como mobilizadores para a entrada do grupo na política: ameaças a interesses. A afirmação de ameaças como fator mobilizante para evangélicos tem origem nos estudos de Boas (2023), que é complementar e dialoga com a literatura de interesses, onde ameaças estão inseridas no debate ideológico evangélico, que enxerga a existência de uma “guerra cultural”, onde cabe ao grupo representar no legislativo sua posição diante de avanços de pautas progressistas, tidas como ameaça a moral cristã conservadora (SMITH, 2019). Também são expostos interesses de economia religiosa, objetivos ligados a uma grande variedade de possíveis parcerias entre a administração pública e as instituições religiosas (REICH e DOS SANTOS, 2013; SMITH, 2019). Em seguida a seção apresenta o cenário das eleições para vereador, e as possíveis vantagens heurísticas e de apoio clerical que candidatos evangélicos podem possuir ao criarem e divulgarem sua filiação religiosa (SMITH, 2019). Ainda dentro da exposição sobre o grupo evangélico, a presente seção teórica demonstra a relação entre o grupo e partidos políticos, o papel da teologia na definição dos interesses, dos clérigos, e a relação de representação descritiva e substantiva entre o grupo evangélico, lideranças religiosas e políticos correligionários (*in-group politicians*). Essa relação de influência e interdependência entre esses três atores é o que Smith (2019) chama de triângulo de representação. Por fim, temos a atuação de vereadores no legislativo municipal brasileiro (TORRENS, 2018).

2.1 O grupo evangélico brasileiro

No Brasil vem ocorrendo uma mudança relativa às filiações religiosas de sua população. O país, com histórica tradição católica, vem demonstrando um declínio

considerável nas últimas décadas da população com essa afiliação, e um aumento no percentual da população evangélica. Segundo dados do IBGE¹, em 1991, apenas três décadas atrás católicos representavam 83,3% da população, e evangélicos uma minoria de apenas 9%. Duas décadas depois, os evangélicos já representavam um grupo de 22,2% da população brasileira².

A utilização do termo “evangélico” neste trabalho segue a tendência dentro da literatura de Ciências Sociais que respeita a linguagem coloquial brasileira, que denomina o grupo relativamente heterogêneo composto por: Metodistas, Presbiterianos, Batistas, membros da Igreja do Nazareno e da Igreja Reformada, e denominações Pentecostais como a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus (SMITH, 2019). Em relação a crença, podemos utilizar a classificação de protestantismo de Bebbington (1989) que resume quatro crenças principais marcas desse grupo: *conversionism*, a necessidade de conversão (o termo utilizado por grupos americanos e britânicos é *born again*), *biblicism*, um grande foco e valorização da bíblia, *crucicentrism*, foco na morte e ressurreição de Jesus Cristo na cruz e *activism*, a necessidade de expressão de fé e da conversão de outros (SMITH, 2019).

Historicamente o grupo evangélico apresentou uma posição relativamente apolítica, isso se devendo a visões políticas contrastantes entre suas denominações, onde cada vertente colocava a ação política dentro de uma perspectiva própria. No século 19, o grupo evangélico majoritário tinha uma visão política que enxergava a ação política como uma expressão social de seus correligionários. Já o grupo pentecostal, que surge no começo do século 20 se opõe a essa posição, colocando o mundo atual como algo passageiro representado pela espera da volta de Cristo, onde o engajamento em ações políticas são apenas distrações do seu foco em evangelização (CAMPOS, 2010; ORTIZ, 2012; CARVALHO, 2015; PÉREZ GUADALUPE, 2018; BOAS, 2023). Não devemos confundir o grupo pentecostal com o “Neo-pentecostalismo”, que possui uma visão diferente quanto à participação na vida pública. Neste grupo estão igrejas evangélicas relevantes no cenário evangélico brasileiro, como a Igreja Universal do Reino de Deus, que defende uma visão defendida como “pós milenarismo”, onde Cristo voltaria depois de um período de 1000 anos de paz e prosperidade, que cabe aos cristãos produzir (CAMPOS, 2010; PÉREZ GUADALUPE, 2018; MCCLENDON e RIEDL, 2019; BOAS, 2023).

De forma mais geral, a primeira motivação para a ação evangélica na constituinte foi a

¹ Ver: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/25089-censo-1991-6.html?edicao=25090>>. Acesso em 26/01/2024.

² Ver: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 26/01/2024.

busca por uma representação diante do domínio católico, mas a ação do grupo não se restringiu a isso, e o grupo evangélico rapidamente tomou posições que buscavam a defesa de valores tradicionais. Essa se desenhou em ações como a oposição a iniciativas que buscavam a descriminalização do aborto, das drogas, do casamento de pessoas do mesmo sexo, e temas como apostas e pornografia (FRESTON, 1993; BOAS, 2023). Sua lógica de ação de grupo defendia uma visão onde a moralidade privada poderia entrar na esfera política, como peça da discussão legislativa (PIERUCCI, 1996).

Hoje o grupo evangélico brasileiro é apontado como um importante grupo de interesse, e dentro do legislativo nacional, sua bancada é vista como detentora de maior experiência se comparada ao grupo católico, frequentemente utilizando de argumentos incorporados da própria esfera política na defesa da moralidade cristã e dos valores religiosos (DANTAS, 2011). Como grupo de interesse, o evangélico é apontado como limitador de avanços na questão dos direitos da população LGBTQIA+ e do direito ao aborto, sendo uma minoria organizada que trava avanços nesse dois temas (SCHULENBERG, 2010). Seu discurso político é de modelo ético-normativo, caracterizado por uma descrição maniqueísta (DANTAS, 2011). Um argumento frequente na retórica evangélica é a auto inclusão como representantes de uma “maioria moral”, onde valores tradicionais e sua defesa seriam um objetivo comum (PIERUCCI, 1996; DANTAS, 2011). Esse argumento pode fundamentar alianças com diferentes setores sociais. No caso da bancada cristã, constituída por parlamentares evangélicos e católicos, a coalizão se fundamenta na doutrina cristã em comum (DANTAS, 2011).

Dentro do âmbito eleitoral, a relevância do grupo é reafirmada por tentativas de aproximação de relevantes figuras políticas, como a do ex presidente Jair Bolsonaro, que ainda durante seu período como deputado, começou a diversificar seus temas de interesse, aliando sua histórica defesa dos interesses militares ao que ele chamou de “defesa da família tradicional”. Esta seria ameaçada pelo casamento homoafetivo, por leis contrárias a punições físicas em crianças e pela alegação de que o material escolar “do PT” estimularia a homossexualidade em crianças (VITAL e LOPES, 2013). Na campanha das eleições presidenciais de 2018, Jair Bolsonaro realizou citações de passagens bíblicas e foi o primeiro candidato competitivo brasileiro (pós redemocratização) a citar Deus em seu lema de campanha (NICOLAU, 2020). As ações realizadas e a retórica defendida nas tentativas de aproximação de Jair Bolsonaro com o segmento evangélico demonstram não só o potencial poderio eleitoral desse grupo como a sua afinidade com pautas conservadoras.

Apesar da aproximação com figuras importantes de disputas para o executivo estadual, nacional e municipal, dentro das demais casas legislativas nacionais, o grupo evangélico ainda é sub-representado, principalmente quando estamos considerando posições de liderança dentro do congresso federal, e no senado, onde a distância entre os 2 grupos é ainda maior. Mesmo que o número de parlamentares católicos esteja diminuindo com o tempo e o de evangélicos seguindo o caminho inverso, no geral católicos ainda são sobre-representados. (MUCINHATO 2014; SIMONI JUNIOR, MUCINHATO, e MINGARDI 2015, 2016).

Sobre afirmações de que a entrada do grupo evangélico na política representam um risco a democracia, MARIANO E ORO (2011) defendem que no Brasil existe uma instrumentalização recíproca entre política e religião, e que isso não necessariamente é um risco, podendo fomentar práticas democráticas e incluir uma fatia considerável da população dentro da política. Os autores também defendem que a obediência de correligionários a políticos é superestimada (LACERDA, 2016). As formas de entrada e de representação evangélica dentro do sistema político brasileiro serão detalhadas em seções posteriores.

Devemos tomar cuidado para não afirmar que todos os membros do grupo evangélico agem e pensam de forma semelhante, mas, ao assumirmos a existência de uma identidade social evangélica, partimos da premissa que existe um ponto relevante em comum, que cria uma certa homogeneidade entre essas pessoas que pensam de forma diferente em muitos outros aspectos. Ou seja, temos uma homogeneidade não perfeita. Outro ponto que contribui nessa discussão é o grande número de denominações religiosas evangélicas, que apesar da semelhança, possuem muitas diferenças (BOAS, 2023).

Protestantes são internamente diversos, igrejas diferentes possuem distintas histórias, estilos de culto, características demográficas e orientações teológicas. Numericamente, dentro de um único país tanto existem muitas instituições diferentes como grandes instituições que são divididas em diferentes grupos, como é o caso da Assembleia de Deus. Todas estão em competição por membros, e comumente seus líderes possuem desavenças pessoais. Devido a essa grande fragmentação, em muitos momentos essas instituições também podem estar em concorrência quanto a certos interesses políticos, devido a possibilidade por exemplo de uma parceria estatal com um denominação específica (BOAS, 2023).

Em termos de representação política, o estudo de grupos parlamentares evangélicos tem valor diante de uma importante característica do ramo pentecostal e neopentecostal - sua maior receptividade com a população de baixa renda. Dentro de um país com uma desigualdade social tão alta como o Brasil, essa população mais vulnerável tem no espaço das

igrejas um ambiente de inclusão social, onde essas instituições atuam no processo de socialização através de iniciativas associativas, como intermediária na busca de políticas públicas estatais e oportunidades de inclusão no mercado de trabalho (DE SOUZA, 2013). Além de serem os responsáveis pelo maior número de parlamentares evangélicos, o estudo das instituições pentecostais e neopentecostais é fundamental para uma maior compreensão da realidade social de toda uma camada historicamente marginalizada da população (DE SOUZA, 2013).

Um ponto interessante a ser destacado é a semelhança de crenças entre os grupos evangélicos brasileiros e de outros países da América Latina (SMITH, 2019). Essa similaridade pode representar possibilidades interessantes de pesquisa dentro e fora da área, onde os achados do presente estudo podem auxiliar análises futuras mais amplas e aprofundadas, levando em consideração os diferentes contextos institucionais e sociais de cada país.

No presente estudo, a agenda evangélica será tratada pela soma de duas abordagens: a primeira é a economia religiosa, em que as relações estado-igreja se pautam nos receios relativos à perda de fieis e a competição relativa entre denominações. Essas ações buscam um aumento da segurança organizacional, principalmente relacionada a transferência de recursos e benefícios estatais para atividades das igrejas (escolas, creches e centros de reabilitação para dependentes químicos) e regulações técnicas que podem afetar a construção de instalações religiosas (REICH e DOS SANTOS, 2013; SMITH, 2019). A outra abordagem é ideológica, tida como uma tentativa de adaptação às mudanças recentes na sociedade civil e na relação igreja-estado, em que essas instituições tomam posições relativas a desenvolvimentos considerados como “ameaças” aos seus interesses (SMITH, 2016).

2.2 O que leva a mobilização política evangélica?

Um ponto central da análise da ação política de grupos religiosos está na percepção de desenvolvimentos que representem uma ameaça à sua identidade de grupo. Ameaças são um dos principais fatores que realizam a transformação de identidades de grupo em identidades políticas, pois é a insatisfação com o *status quo*, ou tendências (nesse caso tendências progressistas) o incentivo a ação dentro do cenário político (BOAS, 2023). Diante de uma

maioria que prefere focar suas atividades religiosas no pós morte, sem se engajar em questões (chamadas de “mundanas”) como política, a representação política de evangélicos se deve ao quanto a identidade de grupo foi politizada, resultado de “ameaças” a sua visão de mundo e interesses materiais (BOAS, 2023).

Em seu trabalho sobre ameaças como motivadores para a ação política do grupo evangélico, Boas (2023) afirma que as disputas legislativas do grupo buscam dois interesses: questões sexuais, que entram na política em temas como o aborto e o casamento de pessoas do mesmo sexo, e uma igualdade perante a lei com a igreja católica, historicamente dominante em toda a América Latina. Segundo o autor, ameaças possuem o poder de mobilizar a participação política em comunidades antes relutantes (BOAS, 2023). Essas ameaças percebidas podem ter caráter simbólico ou material, sendo apontadas como capazes de motivar a participação política a nível individual e grupos de interesse, buscando a manutenção do *status quo* (PIERSON, 1996; CAMPBELL, 2003; MILLER e KROSNICK, 2004; BOAS, 2023). A formação de solidariedade intra-grupo também foi apontada como possível consequência da percepção de ameaças (MCDOOM, 2012; GAGNON, 2013; HUDDY, 2013; BOAS, 2023).

O primeiro pilar apontado como fundamental para o engajamento político de evangélicos é a igreja católica, historicamente detentora de privilégios e forte presença no ambiente político. O segundo pilar são iniciativas políticas progressivas, onde questões relacionadas à sexualidade, que entraram na agenda política dos países nas últimas décadas e “demandaram” a formação de grupos políticos que as opunham. Dentro da articulação política, o grupo evangélico brasileiro se destaca perante outras religiões devido aos seus esforços por maior igualdade, que remonta ao debate da constituinte (BOAS, 2023).

Com o avanço de políticas progressistas e da percepção de ameaças a sua visão de mundo, igrejas protestantes mais conservadoras no campo social e teológico observam um *boom* de novos fiéis, enquanto igrejas protestantes mais tradicionais, de tendência mais liberal vivem a estagnação ou mesmo o declínio no seu número de membros (IANNACCONE, 1994; FINKE e STARK, 2005; HASKELL, FLATT e BURGOYNE, 2016; BOAS, 2023). Considerando esses achados, uma parte da literatura sobre o tema aponta que o avanço do secularismo e da modernização são condições suficientes (como ameaça) para fomentar a mobilização política de atores políticos conservadores. Por outro lado, alguns atores apontam que a mobilização política desses grupos se dá não em resposta a uma visão mais ampla de um crescimento do secularismo, mas sim diante de projetos de leis específicos, inseridos em

pautas progressivas de legalização do acesso ao aborto e direitos da população LGBTQIA+ (VALENZUELA, BARGSTED e SOMMA, 2013; BARGSTED e DE LA CERDA, 2019; BOAS, 2023).

Dentro dessa visão de ameaças estão dois dos temas estudados no trabalho - direitos reprodutivos e de minorias. No primeiro caso, direitos reprodutivos, estamos nos referindo a discussões referentes ao direito ao aborto legal e seguro pelas mulheres, além de questões argumentadas como de direito à vida, cujo argumento é centrado no debate dos possíveis direitos que o “nascituro” possui, onde quaisquer interrupção de seu desenvolvimento constituiria uma violação destes. No caso da população LGBTQIA+, o debate se torna muito mais amplo pois se refere a discussões relacionadas a toda uma gama de direitos do grupo, que vão desde a liberdade de expressão e comportamento em espaços públicos até o ensino em escolas da existência e respeito a casais formados por pessoas do mesmo sexo. Os dois pontos serão abordados de forma mais aprofundada na sequência, apresentando o estado da literatura sobre o tema, e como a política de grupos religiosos se relaciona com essas questões (BOAS, 2023; SMITH, 2019).

2.2.1 A agenda ideológica

Durante um século, a política evangélica na América Latina teve na defesa de um estado secular e os direitos de minorias religiosas suas principais pautas, hoje questões de gênero e sexualidade são apontadas como as pautas “ativadoras” da ação desse grupo (BOAS, 2023). Apesar dos principais avanços nas políticas para a população LGBTQIA+ no Brasil, como a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, terem origem no judiciário, são os temas de sexualidade e gênero os considerados por Smith (2019) como os representantes da “guerra cultural”, que segundo a mesma, motiva a ação de religiosos na política. Essa “guerra cultural” ocorre dentro de limites democráticos e se manifesta na arena política na forma de eleições, retórica e debates, buscando conquistar a opinião pública sem adentrar em qualquer tipo de violência (SMITH, 2019).

Dentro da lógica de guerra cultural, a pauta ideológica evangélica tende a buscar a manutenção de tradições morais, valores tradicionais e hierarquias, essas obtidas através da oposição a avanços em questões reprodutivas, de liberdades civis, e de liberdade de crença.

Dentro das questões reprodutivas, se destaca a defesa da vida (postura contrária a descriminalização do aborto), e a oposição a prostituição e a pornografia (DANTAS, 2011; BOAS, 2023). No cenário nacional, a pauta do aborto teve destaque no debate político brasileiro durante as eleições presidenciais de 2010, onde líderes religiosos frequentemente atacaram Dilma Rousseff, então candidata pelo Partido dos Trabalhadores, a acusando de favorecer a descriminalização do aborto, fator apontado como essencial para a queda sofrida pela candidata nas pesquisas eleitorais de intenção seguintes. Ainda sobre a temática, se destacam ações como a da Assembleia de Deus, que tentou criar o Estatuto do Nascituro (PL 478/2007), que estende os direitos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) a fetos (ALMEIDA, 2017).

A oposição a liberdades civis, é marcada pela oposição a descriminalização das drogas, e direitos da população LGBTQIA+. Dentro da agenda conservadora evangélica, a população LGBTQIA+ é colocada em um debate político-cultural de enquadramento polarizante, onde o grupo defende um conceito de família constituída por homem e mulher cisgênero, e se opõe a união civil de pessoas do mesmo sexo, a criminalização da homofobia, a transexualidade, e a realização de cirurgias de redesignação sexual (DANTAS, 2011; BUTLER, 2015; ALMEIDA, 2017; MAYKA E SMITH, 2021). A polarização do debate sobre a pauta de liberdades civis desenha pólos antagônicos, o que diminui diferenças internas do grupo (BUTLER, 2015; ALMEIDA, 2017). Ainda sobre o tema, podemos citar ações do congresso nacional como a tentativa de aprovação do Estatuto da família (PL 6583/2013), que a restringe a uma união heterossexual (homem e mulher). Outro ponto defendido foi a existência de tratamentos que propõem a “cura” da homossexualidade, contrariando a proibição desse tipo de “tratamento” feita pelo Conselho Federal de Psicologia em 1999 (ALMEIDA, 2017).

Uma questão a ser discutida é o fato de que o casamento de pessoas do mesmo sexo e a legalização do aborto não afeta em nada os direitos de organizações religiosas realizarem seus cultos ou pregar essas ações como pecados para seus fiéis. Porém, alguns atores religiosos configuram para seus fiéis que sua liberdade religiosa está sendo atacada pelo avanço de legislações políticas progressistas. Outros temas constituintes da agenda evangélica estão projetos relacionadas ao ensino da igualdade de gênero, de sexualidade em escolas, o direito ao aborto, e o casamento de pessoas do mesmo sexo, onde esse é configurado em uma retórica que coloca as instituições como possíveis vítimas de uma obrigatoriedade inexistente de celebrar essas cerimônias (BOAS, 2023).

A delimitação desses interesses religiosos tem origem nos achados de Smith (2019), que aponta políticos religiosos evangélicos como altamente representativos das opiniões de seus correligionários em temas como o aborto e casamento de pessoas do mesmo sexo. Não devemos tomar essa congruência como algo certo em todo o espectro ideológico, pois não se mantém em todos os temas, com eleitores religiosos e políticos tendendo a divergir em temas relacionados a políticas com caráter racial e posicionamentos econômicos. Essa diferença entre opiniões entre massas e elites pode se dever a atuação de clérigos, estes possuindo maior poder de negociação para a representação de seus objetivos perante políticos e interesses que não necessariamente estão alinhados com seus correligionários (SMITH, 2019).

Apesar de apresentarem maior saliência eleitoral e relativo consenso nas diferentes denominações, os temas citados previamente serão utilizados como norteadores da análise descritiva com foco na produção legislativa dos objetos de estudo, porém não esgotam o universo de interesses que podem conduzir as ações dos vereadores. Como exemplo, podemos citar achados recentes que apontam grande destaque dos membros da bancada evangélica na retórica do combate às drogas e as atividades de centros de tratamento para dependentes químicos (BISPO, 2020). A análise de narrativas no trabalho também não se restringe a temas em que o legislativo municipal tenha poder constitucional de alteração ou elaboração, pois isso seria desconsiderar a importância do debate de temas específicos. Mesmo em ações parlamentares que não possuem necessariamente o intuito de criação ou modificação de leis (requerimentos e projetos de decreto legislativo), a retórica tem por si só um poder considerável tanto eleitoral quanto ideológico. Em questões da educação nacional, por exemplo, que estão além dos limites dos legisladores locais, existem retóricas que mobilizaram consideravelmente setores católicos e evangélicos. Um exemplo é a “ideologia de gênero”, que superou a crítica inicial ao Plano Nacional de Educação proposto no governo da então presidente Dilma Rousseff e se tornou uma narrativa estabelecida, de “ameaça a família tradicional”, alegadamente realizada por grupos feministas que buscam o rompimento das relações normativas estabelecidas de gênero e sexualidade (DE SOUZA, 2014).

No estudo da Bancada Cristã é importante atentar para a diversidade desse grupo, eles não representam um grupo coeso, de atividade política homogênea, ou mesmo um movimento uniforme (SMITH, 2019). Diante disso, o que o presente estudo delimita como temas da agenda das afiliações religiosas são posições tidas como relativamente consensuais entre elas. Devemos sempre ter em mente que o conservadorismo não representa toda a

diversidade existente dentro do grupo evangélico. Diferente do mainstream conservador, existem grupos que realizam seus atos políticos dentro de movimentos e associações civis como de ONGs, e possuem posicionamentos políticos mais progressistas (ALMEIDA, 2017).

2.2.1 Os interesses institucionais

A teoria da economia religiosa parte da teoria da escolha e afirma que instituições religiosas buscam aumentar sua representação (tamanho) oferecendo “benefícios” aos fieis, para se destacar perante outras instituições (STARK AND BAINBRIDGE, 1987; FINKE AND STARK, 1992; WARNER, 1993; STARK AND FINKE, 2000; BOAS, 2023). Dentro desse contexto de busca de privilégios corporativos pelas instituições religiosas, políticos evangélicos tendem a ser fortes representantes dos interesses de seu grupo. Como exemplo desses benefícios podemos citar assuntos como parcerias público-privadas (destinação de orçamento para atividades religiosas), menor burocracia, a doação/concessão de terrenos, rádios e redes de televisão, legislações que definem suas obrigações e liberdades, e a concessão de permissões para grandes obras de templos, subsídios, taxações e isenções fiscais (DANTAS, 2011; SMITH, 2019; BOAS, 2023).

Na perspectiva da economia religiosa, a percepção de ameaça também afeta os interesses de atores religiosos, uma vez que a mobilização política responde a possíveis perdas de liberdade de praticar sua fé e de disputar fieis no “mercado religioso” (*religious marketplace*) (BOAS, 2023). Dentro das ameaças materiais, estão leis que ameaçam privilégios legais possuídos pelas instituições, ou que restringem ou desafiam a liberdade de culto e proselitismo (BOAS, 2023). O não cerceamento e punição de comportamentos violentos e discriminatórios contra minorias religiosas também se encaixa nessas ameaças com grande poder mobilizador (BOAS, 2023). Se tratando do tamanho das instituições ou grupos envolvidos na mobilização, temos que se as ameaças são eficientes para motivar a ação de grupos poderosos, esse poder é ainda maior sob instituições minoritárias onde essas ameaças podem ter origem justamente em ligações entre grandes grupos e o estado (BOAS, 2023). Apesar das expectativas, trabalhos como Boas (2023) e dados demográficos que

apontam para o crescimento evangélico, a perda de membros não é uma preocupação do grupo, e seu crescimento não se deve à eficiência de vínculos com o estado.

Já vimos nos tópicos anteriores os fatores ideológicos e institucionais que motivam a entrada e atuação de evangélicos no sistema político brasileiro, mas como essa entrada ocorre?

2.3 Evangélicos e Eleições para Vereador no Brasil

As eleições de vereador no Brasil representam um sistema proporcional de lista aberta, nesse formato, partidos apresentam aos eleitores listas de candidatos, e o distrito eleitoral é o próprio município. Se tomarmos como exemplo o caso recifense, temos um distrito eleitoral de grande magnitude, o que favorece a vitória de membros de grupos minoritários, pois o número maior de cadeiras disponíveis diminui o número de votos necessários para o sucesso eleitoral, que pode ser obtido pela votação apenas dos membros do seu grupo (SCHÖNWÄLDER, 2013; BOAS, 2023). A soma desses fatores - distrito eleitoral de grande magnitude a um sistema eleitoral proporcional de lista aberta é repetidamente apontado pela literatura como favorável à eleição de candidatos religiosos, principalmente os evangélicos (NICOLAU, 2015; BOAS, 2023). Se tratando de políticos religiosos, estes tendem a possuir uma ligação muito mais próxima a sua base eleitoral, onde as igrejas e comunidades religiosas se tornam um importante local de contato próximo com a população (SMITH, 2019).

Na corrida eleitoral das eleições para o legislativo municipal, que constituem um cenário de baixa informação, evangélicos possuem vantagens perante os demais candidatos pois podem utilizar de ferramentas como o apelo à identidade social evangélica através de heurísticas, e com a utilização de ferramentas que igrejas podem fornecer aos seus candidatos (ORO, 2003; DOS SANTOS, 2013; VALLE, 2013; BOAS, 2014). Em um contexto onde muitos candidatos concorrem e os eleitores possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre a grande maioria, os evangélicos são significativamente mais inclinados a votar em candidatos que utilizam a heurística religiosa, favorecendo membros de seu grupo (BOAS, 2014). E mesmo que a utilização da heurística evangélica aliene parte do eleitorado, o sistema eleitoral proporcional permite que candidatos obtenham o cargo com votos oriundos de uma base eleitoral específica, como é o caso do grupo evangélico (AMES, 1995; BOAS, 2014).

2.3.1 Clérigos e a representação política evangélica

Para apresentarmos as vantagens do apoio institucional, devemos compreender o chamado triângulo de representação, uma relação constituída por três atores: políticos, clérigos e correligionários (SMITH, 2019).

Dentro da relevância normativa e empírica da representação de opiniões das massas através das elites políticas no sistema democrático, devemos levar em consideração a possibilidade de que a opinião pública seja moldada por elites diversas. No presente estudo, por se tratar da relação entre vereadores da cidade do Recife e o eleitorado evangélico, a elite em questão são os clérigos. Para entendermos os achados prévios da maior congruência ideológica entre esse grupo e a produção legislativa de políticos de origem evangélica, precisamos demonstrar a importância central desse grupo no triângulo de representação, que vai desde o momento da escolha de candidatos até a *accountability* eleitoral pós-eleição (SMITH, 2019).

Clérigos de grandes congregações são figuras centrais na entrada de evangélicos na política, possuindo um grande poder de escolha de candidatos e atuando como *gatekeepers* eleitorais, intermediários entre políticos e correligionários e estabelecendo a congruência entre esses dois grupos (Smith, 2019). Esses atores também possuem o poder de evidenciar interesses, atuando como o que Holland e Palmer-Rubin (2015) conceituam como *organizational brokers*, cabos eleitorais que negociam apoio eleitoral em troca da potencial realização determinados interesses coletivos (SILVA, 2019).

Na relação de influência elite-massas do triângulo de representação, líderes clérigos representam uma força assimétrica. Dentro do sistema eleitoral e partidário brasileiro, clérigos de grandes congregações possuem grande poder de escolha de candidatos, e partidos possuem incentivos a aceitar essas escolhas, incluindo esses candidatos em suas listas considerando a maior probabilidade de êxito eleitoral. Nesse cenário de grande fragmentação, na maioria dos casos a escolha das menores denominações se resume à opção de seguir ou não os candidatos apontados pelas maiores (SMITH, 2019).

Visando a concretização de suas ambições, a Igreja Universal do Reino de Deus executou o lançamento de candidaturas oficiais, e entrevistas com lideranças pentecostais,

como as realizadas por Machado e Burity (2014), apontam que essa estratégia feita pela IURD estimulou a outras denominações a produção de plataformas políticas, onde as igrejas viraram espaço de socialização e debate político. Apesar de não assumirem uma posição que caracterize as posições conservadoras de políticos evangélicos como algo negativo à democracia, autores como Lacerda (2016) afirmam que a participação eleitoral pentecostal possui traços clientelistas, personalistas e patrimonialistas. Embora existam semelhanças entre a ação política evangélica e práticas clientelistas, ainda não existem evidências suficientes que afirmam essa relação. No presente trabalho, a ação legislativa de políticos da bancada evangélica é tomada como iniciativas de *pork barrel*, ou seja políticas de benefícios localizados (para seus correligionários e instituições) e custos difusos (MAYHEW, 2004; LACERDA, 2016).

Nem todas as formas de influência política que as instituições religiosas possuem são a colocação direta de correligionários. Em grupos que possuem grande número de pessoas, ou muitos recursos financeiros, o processo de influência pode se dar através de *lobby* ou em alianças com partidos ideologicamente semelhantes (MEARSHEIMER E WALTZ, 2006; GRZYMALA-BUSSE, 2015).

Estudos apontam que a participação política pode ser afetada pelo conteúdo de sermões religiosos, mesmo que esses não sejam explicitamente políticos (MCCLENDON E RIEDL, 2019). Dentro da construção ideológica entre elites e massas, igrejas atuam como uma fonte de congruência, pois ao longo do tempo clérigos aproximam suas opiniões da massa, e atitudes fracas em relação a temas como aborto e casamento entre pessoas mesmo sexo podem ser transformadas em posições conservadoras tanto de forma vertical, como horizontal, através da socialização com membros da igreja. Se as lideranças (nesse caso clérigos) defendem visões de mundo detalhadas e maniqueístas, onde existem posições “corretas” em assuntos diversos, fundamentadas em princípios teológicos e ideológicos, essa socialização de atitudes é ainda mais poderosa (BOAS e SMITH, 2019). Mesmo desconsiderando mensagens clericais, a formação de posicionamentos políticos pode ser afetada pela socialização informal dentro de comunidades religiosas (SMITH, 2019).

Apesar de constituir uma relação assimétrica, a influência de pessoas comuns sobre os líderes religiosos existe, pois a ameaça de perda de membros cria a necessidade dos clérigos de escutarem e considerarem as posições de seus integrantes (SMITH, 2019).

Se observarmos o contexto nacional, apoios públicos de clérigos influentes também ocorreram na eleição presidencial de 2018, quando Edir Macedo (Igreja Universal do Reino

de Deus) e Silas Malafaia (Igreja Assembléia de Deus em Cristo) declararam apoio a Jair Bolsonaro. Apesar de não apresentarem adequação direta em estudos do legislativo municipal, esses casos podem ser representantes da congruência elite-massas resultante da grande esfera de influência que esses líderes possuem através da mídia tradicional (canais de TV e rádio) e em redes sociais, somada à lógica de socialização de atitudes dentro do ambiente institucional religioso, que pode ter consequências em todas as camadas políticas.

2.3.2 Eleição de evangélicos e partidos políticos

A análise do presente trabalho não adota a influência dos partidos dos vereadores. Isso se deve ao fato de que dentro de um cenário de lista aberta, onde sucesso eleitoral também parte da colocação do candidato como distinto dos outros candidatos, ser membro de um grupo religioso minoritário pode fornecer um apelo independente de associações partidárias (CAREY AND SHUGART, 1995; FRESTON, 1993, 2001, 2008; GASKILL, 2002; BOAS, 2023). Sobre a saliência temática, foco do estudo, achados da literatura sobre a saliência de temas para parlamentares do legislativo federal, apontou que a tomada de ação para produção de proposições é algo pouco influenciado pela coordenação partidária (BATISTA, 2020). Em Pernambuco, com poucas exceções pontuais relacionadas mais a eleições para o executivo, também não existem ligações muito estabelecidas entre partidos e denominações religiosas específicas .

2.4 A representação substantiva e a *accountability* evangélica

A representação é a relação em que um indivíduo age em nome de alguém. Dentro de uma sociedade democrática, onde indivíduos são eleitos através do sufrágio universal, temos uma representação política, esta se caracterizando pela articulação e apresentação dentro da arena política das agendas políticas de um grupo, podendo ser organizações, parlamentares, partidos políticos, membros de grupos e movimentos sociais (CHAPMAN E PENOCK, 1968; KUREBWA, 2015; HEYWOOD E CHIN, 2023). Dentro das quatro dimensões de

representação definidas por Pitkin (2016), o presente estudo tem foco na representação descritiva e na representação substantiva.

A representação descritiva está relacionada a características compartilhadas entre representante e representado, seja essa origem geográfica, etnia, idade, classe social, sexo, raça, ocupação, gênero ou religião. No caso de políticos de origem religiosa em eleições proporcionais com distritos de grande magnitude, como é o caso das eleições para o legislativo municipal, a representação descritiva religiosa é apontada como possível ferramenta heurística, que identifica o eleitor com candidatos correligionários, sinalizando uma congruência ideológica e de virtude entre os dois atores políticos (KUREBWA, 2015; PITKIN, 2016; BOAS E SMITH, 2019).

A representação substantiva é considerada por Pitkin (2016) a dimensão mais importante da representação, pois foca-se na produção política dos representantes, se estes estão produzindo leis e implementando medidas responsivas às demandas e necessidades dos cidadãos. Na análise feita pela representação substantiva, a mera presença física dos integrantes dos diferentes grupos não é condição suficiente para a representação. A legitimidade da representação é resultante das ações que os representantes realizam, estes possuindo certa liberdade, desde que essas não estejam persistentemente indo em posição contrária aos representados. Na representação substantiva a produção dos representantes é mais importante que o mero pertencimento ao grupo (EULAU E KARPS, 1977; KUREBWA, 2015; PITKIN, 2016; SANTOS, 2020).

Considerando o número elevado de políticos religiosos eleitos e a própria existência de uma bancada evangélica e cristã, podemos afirmar que na cidade do Recife os vereadores religiosos acabam representando o eleitorado religioso de forma descritiva. Porém, neste trabalho, buscamos ir além desse aspecto para analisar indícios da ocorrência de uma representação substantiva, ou seja, se esses políticos religiosos uma vez eleitos representam a posição ideológica e política de seus eleitores nos temas que lhe são caros (PITKIN, 2016).

Dentro do fraco sistema partidário brasileiro, onde instituições tradicionais dificilmente fornecem essa conexão entre elites e o eleitorado requerido pela representação, o grupo formado por políticos evangélicos apresenta uma grande congruência de opinião - alinhamento de preferências políticas - com seu eleitorado. Isso é atribuído ao fato que igrejas e instituições religiosas atuam como ambientes que favorecem um processo de socialização, que resulta em uma visão de mundo partilhada (HAGOPIAN, 1998, 2011; MAINWARING, 1999, 2006; ROBERTS 2013; BOAS E SMITH, 2019). A congruência através da socialização

é reforçada quando posições são afirmadas assumindo um viés maniqueista, e quando líderes que defendem essas posições são uma figura de autoridade (BOAS E SMITH, 2019).

Servindo ou não como corretores eleitorais no período de campanha, líderes clérigos são fortes atores de *accountability* eleitoral, pois no período pós eleitoral estes podem assumir o controle do fluxo de informação, tendo a capacidade de destacar para o eleitorado os sucessos e fracassos dos legisladores. Isso também ocorre através da atuação como um pequeno grupo de intermediários capaz de trazer os interesses de seus correligionários de forma agregada, cobrando e fiscalizando ações, seja através de reuniões corpo a corpo ou do estímulo e pressão em redes sociais e em mídias como TV e rádio (REICH e DOS SANTOS, 2013; SMITH, 2019). Nesse âmbito, podemos citar o bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus e dono do conglomerado de comunicação Grupo Record, que inclui um dos maiores canais da televisão aberta do país, além de 35 estações de rádio, 2 jornais de grande circulação e até um banco (REICH e DOS SANTOS, 2013).

Somado à *accountability* eleitoral realizada pelas instituições e correligionários, a representação descritiva afirma que semelhanças demográficas entre o público e os legisladores fornecem uma representação das visões políticas dos eleitores, ou seja, segundo a representação descritiva existe uma congruência de opinião entre legisladores e cidadãos de mesmas identidades. Nesse contexto, o grupo evangélico é um grupo ideológico formado em instituições religiosas com uma função de socialização poderosa, onde essa socialização tende a construir visões comuns de mundo (BOAS e SMITH, 2019). Dentro do triângulo de representação, o presente trabalho tem foco nos políticos, ou seja, busca ir além da representação descritiva no período eleitoral e semelhança ideológica, para compreender se a representação substantiva realmente ocorre, na forma de projetos de lei e de retóricas alinhadas com os interesses conservadores e institucionais de correligionários e clérigos. Em teoria, políticos religiosos são representantes desse eleitorado, pois sua reeleição é condicionada ao seu apoio, porém, uma vez eleitos, estes podem ou não responder às demandas políticas desse grupo (PITKIN, 2016; SMITH, 2019).

2.5 O papel da teologia nos interesses

A teologia é apontada como não determinante para os objetivos políticos de um grupo religioso, mas pode fornecer uma predisposição inicial relevante. Pastores podem produzir discursos e adaptar interpretações bíblicas para incentivar a mobilização política, mas a dificuldade dessa tarefa depende se a sua denominação interpreta a ação política como importante ou digna de aversão e abstenção (Boas, 2023). Percepções de ameaças a sua identidade e interesses podem atuar nessa disposição teológica, incentivando a ação (SYLVESTRE, 1986; MANCILLA, 1975; BERTHO, 2002; GASKILL, 2002; PHILPOTT, 2007; GRZYMALA-BUSSE, 2012; MARGOLIS, 2018; MENCHIK, 2018; BOAS, 2023).

A teologia pode ter um papel importante na formação da visão de mundo de religiosos, mas a literatura aponta que as ambições políticas desses grupos são mais motivadas pelos interesses de líderes religiosos, onde esses possuem o poder de produzir interpretações diante de ambiguidades dos materiais sagrados escritos, assim conduzindo ou não seus correligionários a ações políticas. As mudanças ao longo do tempo de opiniões políticas teológicas de instituições diante de pautas, mostra a possibilidade dessa articulação, onde as mesmas passagens foram interpretadas como favoráveis e contrárias a participação política (SYLVESTRE, 1986; MANCILLA, 1975; BERTHO, 2002; GASKILL, 2002; PHILPOTT, 2007; GRZYMALA-BUSSE, 2012; MARGOLIS, 2018; MENCHIK, 2018; BOAS, 2023).

2.6 A atuação legislativa municipal

Apesar do pouco interesse demonstrado no pequeno volume de trabalhos produzidos pela Ciência Política voltados para as câmaras municipais, trabalhos como Silva (2014) afirmam a importância do trabalho executado nessas casas legislativas, mostrando que a produção de vereadores não se resume a ações de *small policy* ou homenagens, produzindo mudanças consideráveis nas políticas executadas em seus municípios. No grande cenário das ações da administração pública municipal, a atuação individual de vereadores é restrita, mas sua importância político-representativa não pode ser desconsiderada (TORRENS, 2018).

A representação política é o fundamento do poder legislativo, e dentro desses poderes, os vereadores são a menor casa, aquela que está mais próxima da população. A eleição para vereador representa para muitos a mutação de um cidadão comum - mesmo que possua certo destaque em algum âmbito social - em um agente político, um intermediário entre a sociedade

civil e o Estado. Esse *status* diferenciado possui limites temporais e de poder, e para sua perenidade, se implica como primário o processo de elaboração de políticas públicas, oriundas de um levantamento de demandas nos mais diversos temas. Em termos funcionais, as câmaras municipais possuem como tarefa a produção de leis de abrangência municipal, sejam essas de caráter social ou político. Também estão entre suas responsabilidades a fiscalização dos atos do poder executivo local, e todas as prerrogativas envolvidas (TORRENS, 2018).

Seguindo o padrão das outras casas legislativas brasileiras, dentro da Câmara Municipal a proposição é descentralizada, logo, individualmente o parlamentar tem poder quase ilimitado de proposição legislativa (FIGUEIREDO E LIMONGI, 1999). A proposição de um projeto de lei ou outra atividade legislativa perante temas de interesse próprio ou de seu eleitorado aqui é tomada como um posicionamento ideológico que coloca o parlamentar em uma posição diferenciada dos demais (FIGUEIREDO E LIMONGI, 1999; MAYHEW, 2004; VOLDEN E WISEMAN, 2009; CARVALHO, 2019; SANTOS, 2020). Assim como Batista (2020), o presente trabalho não busca estudar o que foi aprovado, ou seja, o que conseguiu avançar na dinâmica de *agenda setting*, pois isso é condicionado a dinâmica institucional e ao poder relativo que este possa possuir dentro dessa arena, logo, a importância que um ator dá para um determinado tema é medido pela proposição.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em um estudo de caso (MILLS et al., 2009). A metodologia escolhida de análise de atividade legislativa se baseia em duas frentes. Uma frente quantitativa irá analisar a produção legislativa dos vereadores sobre os temas caros ao eleitorado evangélico, ou seja, se temos de forma concreta a produção de leis que se relacionam aos interesses desse grupo. Essa tentativa efetiva de produção de leis caracteriza uma estratégia de *pork barrell* (MAYHEW, 2004). A outra análise, é a qualitativa dos discursos legislativos, operacionalizados pelas justificativas escritas do que foi produzido pelo parlamentar – Projetos de Lei Ordinária, Projetos de Decreto Legislativo e Requerimentos, onde o mesmo expõe suas razões. O argumento é de que essas justificativas caracterizam outras duas estratégias no legislativo - *advertising* (propaganda) e *credit claiming* (tomada de posição), ações de intuito discursivo que representam os interesses evangélicos realizadas tendo em vista a autopropaganda (MAYHEW, 2004). O quadro 1 sumariza o desenho de pesquisa:

Quadro 1 - Desenho de Pesquisa	
Pergunta	Qual a influência da agenda de grupos evangélicos na atividade legislativa de vereadores da bancada evangélica?
Grupo de comparação	Os vereadores que não fazem parte da bancada (18ª leg. = 28), (17ª leg = 30)
Grupo de interesse	Os vereadores da Bancada Cristã (18ª leg. = 11), (17ª leg = 8)
Hipótese	O pertencimento a bancada cristã está associado a uma maior promoção de uma agenda política religiosa
Unidade de Análise	Projetos de Lei Ordinária, Projetos de Decreto Legislativo e Requerimentos
Período	17ª legislatura (2017-2020), e primeiro biênio da 18ª legislatura (2021-2022)

Fontes	Sistema de informações do Portal da Transparência da Câmara Municipal do Recife; Sistema de Informações do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco ; Notícias de jornais.
Método e Técnicas	Estatística descritiva; Análise Qualitativa de Conteúdo

A escolha por um estudo de caso e pelo recorte temporal de uma legislatura e meia se deve ao interesse do projeto pela produção de uma análise observacional densa, onde os atores do legislativo serão analisados em conjunto com sua produção. Essa parcimônia também é oriunda das unidades de análise do projeto, em que serão investigadas de forma qualitativa a retórica contida nas justificativas de requerimentos, de Projetos de Lei Ordinária e de Projetos de Decreto Legislativo. Essas atividades, se somadas representaram só no período 2021/2022 mais de 2 mil proposições³. Considerando o recorte temporal de seis anos e seguida uma tendência similar à atual, o projeto representa a análise aprofundada de mais de 6 mil proposições.

Ademais, a escolha pelas duas legislaturas mais recentes se deve a mudanças no contexto social e político brasileiro, onde o movimento de crescimento demográfico da camada evangélica tem destaque na figura do ex presidente da república Jair Bolsonaro, que teve como um dos principais marcos de sua campanha a retórica conservadora (NICOLAU, 2020). Na atual legislatura possuímos como objeto de estudo o primeiro grupo de vereadores eleitos após 2018.

As unidades de análise do trabalho foram selecionadas a partir das atividades legislativas da atuação de um vereador segundo o Regimento Interno da Câmara do Recife (Resolução N. 2624/2016)⁴, caracterizando: Projetos de Lei Ordinária (PLOs), Projetos de Decreto Legislativo, e Requerimentos. Resoluções constavam no desenho inicial do projeto porém foram retiradas por constituírem questões de regimento interno da Câmara de vereadores, não contribuindo com os interesses do projeto.

As fontes dos dados secundários utilizados na pesquisa foram obtidas no Sistema de informações do Portal da Transparência da Câmara Municipal do Recife⁵, no Sistema de

³ Ver: <<https://www.recife.pe.leg.br/atividade-legislativa/pesquisa-de-proposicoes>>. Acesso em 25/05/2023.

⁴ Ver: <<https://www.recife.pe.leg.br/atividade-legislativa/regimento-interno-1/resolucao-2685-2018>>. Acesso em 25/05/2023.

⁵ Ver: <<https://www.recife.pe.leg.br/atividade-legislativa/pesquisa-de-proposicoes>>. Acesso em 25/05/2023.

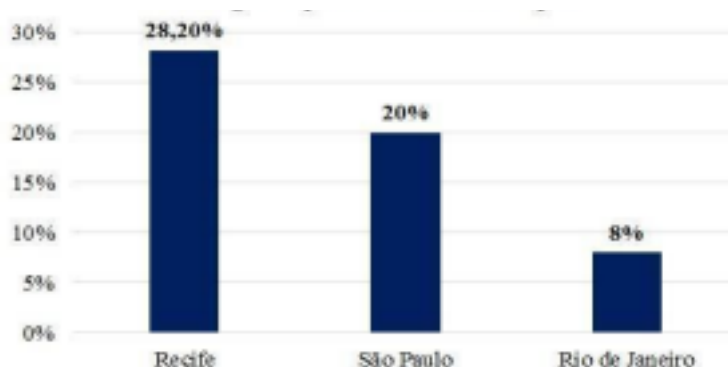
Informações do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco⁶, além de notícias de jornais.

Para responder à pergunta de pesquisa, o presente trabalho utiliza métodos mistos constituído por 3 etapas: (1) Produção do banco de dados, (2) Análise quantitativa da produção legislativa, (3) Análise qualitativa das retóricas de membros da bancada nos temas definidos.

3.1 A Cidade do Recife

A seleção específica da Câmara de Vereadores do Recife como objeto de estudo se deve aos seguintes fatores. Segundo dados do IBGE⁷, o Nordeste é a região que representa a maior proporção de católicos (72,2%), isso se soma à menor tendência de crescimento de evangélicos do país e uma média de católicos acima da média nacional mesmo em suas capitais. Porém, nas eleições municipais de 2016, dos 916 candidatos à Câmara do Recife, cinquenta e dois explicitaram sua vinculação religiosa, destes, quarenta e nove se declararam evangélicos (CARVALHO JUNIOR e ORO, 2016).

Gráfico 1 - Proporção de Vereadores da Bancada Religiosa por Câmara Municipal



Pernambuco é o estado com a maior população de evangélicos da região, Carvalho Junior e Oro (2016), ao analisar a declaração religiosa de vereadores na eleição de 2016, apontaram que Recife apresenta a maior proporção de políticos dessa denominação em comparação a católicos em todas as capitais do Nordeste. No gráfico 1, podemos observar a

⁶ Ver: <<https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes>>. Acesso em 25/05/2023.

⁷ Ver: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 25/05/23.

comparação da Bancada Cristã do Recife com a de dois outros importantes centros eleitorais nacionais. A bancada evangélica do Recife é consideravelmente maior que a presente nas casas legislativas municipais de outras importantes capitais.

3.2 Evangélicos e Católicos

Apesar da construção teórica se referir ao trabalho de políticos de origem religiosa evangélica, em uma legislaturas estudadas no presente estudo temos uma bancada formada por uma maioria de vereadores evangélicos e dois católicos. Isso não se torna um problema pois além do fato dos vereadores fundamentarem a formação da bancada na comunhão de interesses, é recorrente o apontamento da literatura sobre a potencialidade de alianças entre católicos e evangélicos na chamada “política da sexualidade”. Nessas pautas específicas, os dois grupos cristãos se posicionam de forma semelhante (SMITH 2019; BOAS, 2023).

As pautas de direitos LGBTQIA+, gênero e família entraram no debate político do Brasil nos anos 80 dentro dos debates da assembleia constituinte, e, diferente do que ocorreu no debate pela igualdade religiosa (onde os dois lados estavam concorrendo) o grupo católico e evangélico estão fortemente alinhados, se tornando aliados na defesa de uma posição social conservadora. Como o grupo evangélico já tinha realizado um esforço considerável sobre o tema da igualdade religiosa no momento da constituinte, esse estava em condições de tomar uma posição de liderança quando chegou o momento do esforço coletivo para a oposição a pautas progressistas (BOAS, 2023). Evidências de diversos países apontam para essa ligação com seus rivais históricos católicos para barrar pautas progressivas nas questões de sexualidade e gênero (BOAS, 2023). No espaço do legislativo nacional, trabalhos como o de Borges (2009) também não encontraram grandes diferenças características entre deputados de base eleitoral religiosa evangélica e católica.

3.3 Banco de Dados

Visando identificar de forma consistente e sistemática a atenção dada pelos

vereadores a temas específicos, além de facilitar a replicação e a confiabilidade dos achados do estudo, a análise dos materiais legislativos foi operacionalizada através da produção de um banco de dados a partir de um sistema de codificação, contendo as variáveis categóricas: Ano, Número do projeto, Autor, Tema, Tema 2, Tipo da Instituição, Ação, Ideologia, Posição, Conteúdo relevante, Bancada Cristã (*dummy*) (KELLSTEDT e WHITTEN, 2018).

Nas seções teóricas anteriores apresentamos a teoria e a conceitualização que fundamenta a coleta de dados. Nossa unidade de análise são as propostas legislativas o texto a ser codificado são as suas justificativas escritas, com foco na classificação dos temas, que demonstra a saliência, e nas retóricas mobilizadas (BATISTA e VIEIRA, 2016). A terceira etapa, a de operacionalização, tem como objetivo a construção de tipologia que abrace o universo de temas possíveis, com categorias não mutuamente exclusivas, visto que um projeto pode ser classificado em mais de um tema. A classificação escolhida possui vinte categorias e segue uma categorização que é versão expandida e adaptada dos temas das Comissões Permanentes da Câmara de Vereadores do Recife, sendo representados pelos códigos: (1) Legislação e Justiça, (2) Economia, emprego, auxílios, fomentos, (3) Acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência, (4) Saúde (5) Criança e adolescente, (6) Segurança pública, (7) Funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens, (8) Educação (9) Cultura e turismo, (10) Esportes, (11) Mulheres, (12) Ideologia religiosa, (13) Instituições religiosas, (14) Raça, (15) Transporte e mobilidade urbana, (16) Dependentes químicos, (17) Urbanização, moradia, energia e infraestrutura, (18) Causa animal, (19) Meio ambiente, (20) Direitos Humanos. Os subgrupos se inserem dentro das variáveis religiosas, 12 - ideologia política e 13 - instituições religiosas, buscando responder questões relativas ao posicionamento dos legisladores sobre os temas de interesse. Mesmo considerando o preceito de que a classificação manual está sujeita a subjetividade do codificador, buscando uma maior precisão, a técnica de categorização escolhida é a codificação manual, feita através da leitura das proposições (BATISTA e VIEIRA, 2016). Buscando atingir o rigor necessário, a análise de conteúdo por trás do projeto foi estruturada de forma a seguir os passos definidos por Neuendorf (2017): 1) teoria; 2) conceitualização; 3) operacionalização; 4) técnica de codificação; 5) apresentação dos resultados. Como o trabalho é manual e todos os projetos foram analisados, foram excluídos do projeto as etapas de amostragem, treinamento, codificação e cálculo de confiabilidade. O apêndice A mostra o banco de dados referente aos projetos de lei ordinária.

Na imagem, conseguimos identificar as variáveis apontadas, podemos observar duas

colunas representadas por temas, sendo o tema 1 e tema 2. Isso se deve ao fato de que os projetos de lei ordinária são matérias legislativas complexas, e um único projeto pode se referir a mais de um assunto. Para abarcar essa possibilidade, a variável tema 2 foi adicionada ao banco de dados.

Buscando quantificar os detalhes obtidos através do estudo qualitativo das justificativas escritas dos projetos de lei, foram criadas as variáveis: Tipo de instituição, ação, ideologia, posição e conteúdo relevante. Considerando o objeto de estudo do trabalho, essas variáveis só foram preenchidas nos projetos de lei referentes à temática definida como religiosa. As variáveis ação e ideologia são condicionadas a projetos que possuam a classificação de tema 13 - Instituições religiosas, nesse caso, as variáveis ideologia e posição ficam sem valor. Por sua vez, as variáveis ideologia e posição são condicionadas a projetos que possuam a classificação de tema 12 - Ideologia religiosa. Nesse caso as variáveis relacionadas a instituições religiosas ficam sem valor.

3.3.1 Explicação das variáveis relativas a instituições religiosas

Seguindo a ordem, a primeira variável a aparecer no nosso banco de dados de Projetos de Lei Ordinária é a chamada “tipo de instituição”, e se refere a qual igreja, caso exista, o projeto de lei se refere. Essa variável aceita 4 valores, sendo 1 - evangélica (abarcando todas as denominações), 2 - católica , 3 - matriz africana , 4 - outras.

A variável seguinte é a variável ação, como o nome já diz, busca representar qual ação o projeto de lei configura. Buscando cobrir todas as possibilidades de ação que os legisladores podem tomar, essa variável aceita 5 valores, sendo: 1 - Homenagem (apoio retórico às instituições), 2 - Transferência de recursos para atividades, 3 - Aprovação de legislação favorável, 4 - Repúdio retórico de ações, 5 - Legislação desfavorável.

3.3.2 Explicação das variáveis referentes a ideologia religiosa

A primeira variável referente a ideologia religiosa é a variável ideologia, esta busca

representar qual das temáticas ideológicas são representadas no projeto de lei, podendo ser: 1 - Direitos reprodutivos, 2 - População LGBTQIA+.

A variável seguinte é a variável posição, que como o nome já diz, mostra a posição do vereador perante o tema, podendo ser: 0 - favorável, ou 1 - contrária. Essa variável simples possui grande valor pois é nela que compreendemos as posições dos vereadores diante dos temas. Segundo expectativas da literatura, as hipóteses do trabalho defendem que os vereadores da bancada cristã, se alinhados com a retórica conservadora de grupos evangélicos, se coloquem em posição contrária em ambos os temas ideológicos.

3.3.3 Classificação dos temas

A classificação dos temas é resultante da leitura da justificativa escrita dos mesmos. Por questões de replicação, e para fins didáticos da metodologia apresentada anteriormente, exibiremos em seguida 3 exemplos de classificação, mostrando cada uma das possibilidades de categorização dos projetos analisados.

Projeto de Lei Ordinária 164 (2021) - O projeto de lei 164 de 2021 é de autoria do vereador Osmar Ricardo, e institui o “Estatuto da Igualdade Racial”, no âmbito do município do Recife. O texto original pode ser consultado na nota de rodapé⁸. De acordo com seu assunto, igualdade racial, o projeto recebeu a temática 14, referente a raça. Como o vereador não faz parte da Bancada Cristã, a outra informação contida na linha referente a este projeto de lei apenas mostra a sua não inserção na bancada, com o valor 0.

Para exemplificar as possibilidades de análise de um projeto de lei ordinário de temática religiosa, apresentamos dois projetos: o 16 e 17 de 2021, ambos de autoria da vereadora Michele Collins, membro da Bancada Cristã. A imagem 2 representa os dois projetos em destaque:

IMAGEM 2 - PROJETOS EM DESTAQUE

16	2021	15 Michele Collins	1	4					
17	2021	16 Michele Collins	1	13			2		https://publico.recife.pe

⁸Ver: <https://publico.recife.pe.leg.br/pysc/download_materia_pysc?cod_materia=MTA3MDO0&texto_original=1>. Acesso em 23/08/2023.

Projeto de Lei Ordinária 16 (2021) - O projeto da vereadora Michele Collins, “ tem por finalidade incluir a possibilidade da realização de convênios entre o Poder Público e as instituições religiosas, desde que se destinem à realização de objetivos de interesse público. O convênio é um dos instrumentos jurídicos mais utilizados pela Administração pública. Pode ser empregado, por exemplo, para a concessão de uso de bens imóveis.” Pelo seu assunto o projeto foi classificado como representante de apenas um tema - instituições religiosas (13). Seu texto original pode ser consultado na nota de rodapé⁹. Como o projeto se refere às instituições religiosas, a variável de mesmo nome simbolizaria a qual instituição o projeto se refere, porém, nesse projeto em específico, apesar da utilização do nome “igrejas” o que restringe o universo de instituições incluídas no projeto, em nenhum momento este cita se essas igrejas seriam evangélicas ou católicas, logo, a variável ficou sem nenhum valor. Como o projeto representa a possibilidade da utilização de bens públicos por igrejas, sua variável “ação” teve a categorização 2 - Transferência de recursos para atividades. Logo com as variáveis podemos saber que o projeto de lei é de autoria da vereadora Michele Collins, membro da Bancada Cristã, foi publicado em 2021, se refere à transferência de recursos públicos para atividades de igrejas, mas sem restrição de quais seriam estas igrejas beneficiadas.

Projeto de lei ordinária 17 (2021) - O projeto da vereadora Michele Collins, “Estabelece aos estudantes das Redes Pública e Privada de Ensino do município do Recife o direito ao aprendizado da Língua Portuguesa de acordo com a Norma Culta e as orientações legais de ensino e dá outras providências.” Por sua temática educacional, o tema do projeto foi definido como 8 - educação, porém, no artigo 2 do projeto de lei temos “Fica proibido o uso da “linguagem neutra”, do “dialeto não binário” ou de qualquer outra forma de linguagem que modifique a utilização da Norma Culta na grade curricular das instituições de que trata esta Lei, bem como no material didático disponibilizado aos alunos por tais instituições.” logo, o projeto também possui um caráter ideológico religioso, representado pela inclusão em sua variável “tema 2” da classificação 12 - ideologia religiosa. Na variável ideologia o projeto teve classificação 2 - população LGBTQIA+, e na variável posição teve

⁹Ver: <https://publico.recife.pe.leg.br/pysc/download_materia_pysc?cod_materia=MTAzMTFy&texto_original=1>. Acesso em 23/08/2023.

qualificação 1 pois se posiciona de forma contrária aos direitos dessa população. Com as variáveis podemos saber que o projeto de lei é de autoria da vereadora Michele Collins, membro da Bancada Cristã, foi publicado em 2021, se refere ao ensino da língua portuguesa, e possui um caráter ideológico conservador religioso representado pela sua posição contrária ao direito de linguagem não binária requerido pela população LGBTQIA+. Seu texto original pode ser consultado na nota de rodapé¹⁰.

3.3.5 Projetos de decreto legislativo

A base de dados de decreto legislativo possui 7 variáveis: Ano, Projeto, Autoria, Tipo de decreto, temática religiosa, bancada cristã (dummy), e informações. A variável tipo de decreto possui 5 categorias: 1 - título de cidadão, 2 - medalha de mérito José Mariano, 3 - regulamentação de leis, 4 - suspensão de decretos municipais, 5 - permitir ausência no executivo. A variável temática religiosa descreve a ação dos Projetos de Decreto Legislativo e possui 3 categorias: 0 - não se aplica, 1 - figuras religiosas, 2 - ações relacionadas à retórica.

3.3.6 Requerimentos

No caso da modalidade legislativa de requerimentos, a grande maioria das matérias representam pedidos de obra, logo, considerando o interesse do projeto atual, esses requerimentos foram apenas quantificados, mas não objeto de análise qualitativa aprofundada, que se restringiu às matérias que representam moções de repúdio e aplauso.

Na base de dados de requerimentos são consideradas três tabelas, a primeira mostra a distribuição numérica dos requerimentos que cada vereador produziu, em qual ano e se o vereador em questão é membro da Bancada Cristã. A segunda tabela mostra a distribuição

¹⁰Ver: <https://publico.recife.pe.leg.br/pysc/download_materia_pyse?cod_materia=MTAzMTEz&texto_original=1>. Acesso em 23/08/2023.

dos votos de aplauso, contendo as variáveis: ano, nome, autoria, temática religiosa (*dummy*), conteúdo (representa um pequeno resumo do requerimento), link da matéria, e pertencimento à Bancada Cristã (*dummy*). A terceira tabela mostra a distribuição dos votos de repúdio e segue exatamente a mesma estrutura da tabela de votos de aplauso.

No caso de moções de aplauso e de repúdio, em muitos casos a justificativa das atividades não explicitava qualquer detalhe sobre a profissão ou carreira política ou social dos homenageados. Um breve estudo na internet pelos nomes dos homenageados auxiliou na diminuição desse viés, mas é possível lidarmos com uma subnotificação no caso de moções de repúdio e aplauso.

4 ANÁLISE DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Nessa etapa, buscando compreender o comportamento de políticos da pauta identitária religiosa dentro de câmaras legislativas municipais, a partir do banco de dados será comparada a atividade legislativa realizada no recorte temporal dos membros da Bancada Cristã e demais vereadores da casa. Será comparada a frequência de cada tema para os 2 grupos nas duas legislaturas, o número de atividades realizadas, e o número de atividades propostas que se encaixam na agenda evangélica e o quanto essas ações representam no total produzido. Como já citado anteriormente, a presente análise não busca estudar o que foi aprovado, ou seja, a importância que um ator dá para um determinado tema é medido pelo número de proposições, não importando se estas conseguiram ou não avançar na dinâmica de *agenda setting* (BATISTA, 2020).

4.1 Duas legislaturas com clivagens distintas

Na análise entre os dois grupos religiosos de interesse dentro do nosso recorte temporal temos que considerar o fato de que na primeira legislatura - a 17ª legislatura (2017-2020), a bancada religiosa era representada como uma bancada completamente evangélica, o que a difere da bancada construída na legislatura posterior, 18ª legislatura (2021-2022), uma bancada cristã formada por vereadores evangélicos e católicos que afirmam a existência de interesses em comum. Como nos temas específicos que o presente trabalho recorta a literatura sobre o tema fundamenta a existência dessa congruência ideológica, podemos realizar a comparação entre esses dois grupos o considerando como diferentes representantes da mesma bancada.

4.2 A Bancada Evangélica da 17ª legislatura

Nas eleições de 2016 os vereadores que integraram a Bancada Evangélica obtiveram mais de 83 mil votos. A vereadora mais votada do grupo foi a Missionária Michele Collins (PP) que foi eleita para o seu segundo mandato com 15.357 votos¹¹. Seguindo o padrão nacional, a bancada evangélica da Câmara de Vereadores do Recife apresenta parlamentares de diferentes filiações partidárias e denominações. Representando 20% por cento dos 39 membros da Casa José Mariano, a Bancada Evangélica da 17ª legislatura foi formada pelo parlamentares: Ana Lúcia (PRB/REP), Aimée Carvalho (PSB), Almir Fernando (PCdoB), Carlos Gueiros (PSB) (faleceu em 2019), Eduardo Marques (PSB), Fred Ferreira (PSC), Luis Eustáquio (PSB) (suplente, entrou no lugar de Carlos Gueiros), Michele Collins (PP) e Renato Antunes (PSC).

O grupo formado pelos demais vereadores teve 31 membros, sendo Aderaldo Pinto (PSB), Aerto Luna (PSB), Alcides Teixeira Neto (PSB), Aline Mariano (PP), Amaro Cipriano Maguari (PP), André Régis (PSDB), Antônio Luis Neto (PSB), Augusto Carreras (PSB), Benjamin da Saúde (PSB), Chico Kiko (PP), Davi Muniz (PSB), Eduardo Chera (PSB), Eriberto Rafael (PP), Felipe Francismar (PSB), Gilberto Alves (REP), Goretti Queiroz (PSB), Hélio Guabiraba (PSB), Ivan Moraes (PSOL), Jadeval de Lima (PDT), Jairo Brito (PT), Jayme Asfora (Cidadania), João da Costa (PT), Júnior Bocão (Cidadania), Marco Aurélio Medeiros (PRTB), Marcos Di Bria (PSB), Marília Arraes (PT), Natália de Menudo (PSB), Ricardo Cruz (PP), Rinaldo Júnior (PSB), Rodrigo Coutinho (SDD), Rogério de Lucca (PP), Romerinho Jatobá (PSB), Romero Albuquerque (PP), Samuel Salazar (MDB), Wanderson Florêncio (PSC), Wilton Brito (PSB).

4.2.1 Projetos de Lei ordinária

A proposição parlamentar é uma atividade quase sem custos para o parlamentar, talvez a única ação dentro da instituição legislativa onde este pode atuar sozinho. (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2001; BATISTA, 2020). Projetos de lei ordinária provavelmente são a ferramenta de maior poder que os vereadores possuem para a mudança “concreta”, já requerimentos e projetos de decretos legislativos acabam representando um poder de caráter mais retórico,

¹¹ Ver: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/resultados-eleicoes>>. Acesso em 09/01/2024.

representando homenagens e possuindo temáticas que em muitos casos ultrapassam os poderes dos membros do legislativo municipal.

Como já apresentado na seção de banco de dados, buscando aumentar a capacidade da análise feita pelo estudo e considerando a complexidade e a variedade de assuntos que podem ser abordados em um mesmo projeto de lei, o trabalho em questão permitiu a possibilidade de um mesmo projeto ser caracterizado como referente a até dois temas, ou seja, um projeto pode se referir tanto a temática de “mulheres” como a temática de “transporte e mobilidade pública”, sendo representado pelas duas. O número de temas, como o nome já diz, representa o somatório da aparição de assuntos aos quais os projetos de lei em questão se referem, logo, pode divergir do número bruto de projetos produzidos.

A Bancada evangélica produziu na 17ª legislatura 413 Projetos de Lei Ordinária, cuja distribuição ao longo dos anos temos no quadro 2. Se considerarmos a classificação por temas, as PLOs do grupo no período representaram 543 temas. O grupo dos demais vereadores produziram na legislatura 743 Projetos de Lei Ordinária, que segundo classificação temática representaram 874 temas, cuja distribuição temos no quadro 2. Entre parênteses temos o número de temas.

Quadro 2 - Projetos de Lei Ordinária produzidos

GRUPO	2017	2018	2019	2020	LEGISLATURA
Bancada Evangélica	104 (143)	95 (122)	129 (166)	85 (112)	413 (543)
Demais vereadores	299 (337)	123 (138)	202 (245)	119 (154)	743 (874)

4.2.2 Temática religiosa em PLOs

Antes de entrarmos na aparição de projetos com temática religiosa é importante recapitularmos a classificação feita pelo projeto e a metodologia utilizada para a análise dos dados. As duas temáticas selecionadas - ideologia religiosa e de economia religiosa - foram caracterizadas por duas variáveis categóricas, e dentro dessas duas foram criadas outras variáveis que representavam questões de direitos reprodutivos ou da população LGBTQIA+,

no caso da ideologia religiosa, ou de ações caracterizadas por homenagem (apoio retórico as instituições), transferência de recursos para atividades ou de aprovação de legislação favorável no caso dos projetos referentes a questões de economia religiosa.

Outro ponto importante a ser destacado é a possibilidade de produção de material legislativo que se refere a temas que se encaixam dentro da temática religiosa tanto ideológica como econômica porém que se opõem às posições apontadas como características do grupo religioso, ou seja, um vereador pode produzir um projeto de lei ordinário classificado como de ideologia religiosa mas que se opõe a discriminações contra a população LGBTQIA+. Essa distinção é extremamente relevante no estudo da produção sobre as temáticas principalmente no grupo de fora da Bancada Evangélica e Cristã, onde frequentemente vereadores, principalmente os relacionados a partidos de esquerda, produzem projetos que se opõem às posições religiosas. A posição tomada pelos vereadores nos projetos será debatida e detalhada mais à frente.

Temos quadro 3 a produção na legislatura e anual dos vereadores dos dois grupos em projetos que se adequam na retórica considerada pelo estudo como de ideologia religiosa. Entre parênteses temos o quanto esses projetos representam no total de Projetos de Lei Ordinária do grupo.

Quadro 3 - Projetos de Lei Ordinária de ideologia religiosa

GRUPO	2017	2018	2019	2020	LEGISLATURA
Bancada Evangélica	1 (0,6%)	8 (6,5%)	1 (0,6%)	2 (1,7%)	12 (2,2%)
Demais vereadores	1 (0,2%)	4 (2,8%)	2 (0,8%)	0 (0%)	7 (0,8%)

Como apontado no quadro 3, encontramos que a Bancada Evangélica produziu na legislatura 12 projetos com temas que se adequam aos temas de ideologia religiosa. No total, Projetos de Lei Ordinária de ideologia religiosa representaram 2,2% de tudo que foi produzido pelos vereadores do grupo evangélico no período. Se tratando do grupo dos demais vereadores não membros da bancada religiosa, encontramos no biênio 7 projetos que se incluem na temática religiosa na produção desses vereadores, distribuídos na legislatura como

mostrado no quadro 3. No total estes 7 projetos representaram 0,8% de tudo que foi produzido pelo grupo no período.

Quadro 4 - Projetos de Lei Ordinária de economia religiosa

GRUPO	2017	2018	2019	2020	LEGISLATURA
Bancada Evangélica	4 (2,7%)	6 (4,9%)	4 (2,4%)	2 (1,7%)	16 (2,9%)
Demais Vereadores	1 (0,2%)	0 (0%)	2 (0,8%)	1 (0,6%)	4 (0,4%)

Seguindo a análise se focando na temática da economia religiosa, ou seja, temas que afetam as instituições religiosas, vemos no quadro 4 a produção dos dois grupos. Assim como feito nos Projetos de Lei Ordinária de temática religiosa, entre parênteses temos o quanto esses projetos representam no total de PLOs do grupo. Podemos observar que a Bancada Evangélica produziu na legislatura um total de 16 projetos relacionados ao tema de economia religiosa, o que representou 2,9% da produção total do grupo na legislatura. Já o grupo dos demais vereadores produziu apenas 4 PLOs relacionadas ao tema, o que representou 0,4% de sua produção.

Se somarmos o número de projetos relacionados aos 2 temas religiosos, obtemos que na 17ª legislatura a bancada evangélica produziu 28 PLOs sobre temas de interesse do seu eleitorado. Esse número representa 5% de sua atividade parlamentar nessa modalidade. O grupo de demais vereadores produziu 11 PLOs sobre os dois temas, o que constitui aproximadamente 1% de toda sua atividade. Para entendermos a saliência do tema para o grupo, a seção seguinte compara a recorrência dos temas religiosos em comparação a outros temas da atuação parlamentar.

4.2.3 Saliência e tomada de posição

Para responder as perguntas que o presente trabalho se propõe, é central entendermos o conceito de saliência. Saliência temática parte da premissa que políticas específicas importam de forma diferente para cada ator legislativo, ou seja, alguns temas são mais importantes que outros e essa importância varia no tempo e entre atores (ROBERTSON, 1976; HUMPHREYS E GARRY, 2000; BATISTA e VIEIRA, 2016). Um tema também pode

ser relevante de forma semelhante entre diferentes atores e grupos, mas representar posições completamente antagônicas ou diversas (HUMPHREYS E GARRY, 2000; LAVER, 2003; BATISTA e VIEIRA, 2016). Segundo expectativas da literatura, temas relacionados à agenda evangélica conservadora devem possuir maior saliência e importância relativa para os vereadores *religiously based* (BATISTA e VIEIRA, 2016; SMITH, 2019; HUMPHREYS E GARRY, 2000).

4.2.3.1 Comparação dos temas religiosos com os demais

Sobre a saliência temática dos temas abordados pelos vereadores, temos no quadro 5 a distribuição temática do que foi produzido pelos vereadores membros da Bancada Evangélica na legislatura, em ordem decrescente, no caso, do tema mais abordado para o menos recorrente (BATISTA e VIEIRA, 2016). Entre parênteses está a fração que o tema representou no total de PLOs do ano. Os temas estão estruturados de forma decrescente.

Quadro 5 - PLOs da Bancada Evangélica por temática

2017	2018	2019	2020	LEGISLATURA
Saúde (13,3%)	Saúde (13,9%)	Saúde (15,1%)	Saúde (34,8%)	Saúde (18,4%)
Acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (11,2%)	Transporte e mobilidade urbana (9,8%)	Transporte e mobilidade urbana (13,9%)	Transporte e mobilidade urbana (10,7%)	Transporte e mobilidade urbana (10,9%)
Educação (9,8%)	Acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (8,2%)	Funcionamento interno, decore parlamentar e homenagens (13,3%)	Segurança pública (8,9%)	Funcionamento interno, decore parlamentar e homenagens (9,6%)

Mulheres (9,1%)	Funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens (8,2%)	Segurança pública (9,6%)	Acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (7,1%)	Acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (8,8%)
Funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens (8,4%)	Educação (8,2%)	Educação (9,6%)	Funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens (7,1%)	Educação (8,8%)
Transporte e mobilidade urbana (8,4%)	Cultura e turismo (7,4%)	Acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (8,4%)	Educação (7,1%)	Segurança pública (7,2%)
Economia, emprego, auxílios, fomentos (7,0%)	Criança e adolescente (6,6%)	Criança e adolescente (4,8%)	Criança e adolescente (4,5%)	Criança e adolescente (5,2%)
Urbanização, moradia, energia e infraestrutura (6,3%)	Ideologia religiosa (6,6%)	Urbanização, moradia, energia e infraestrutura (4,8%)	Urbanização, moradia, energia e infraestrutura (4,5%)	Urbanização, moradia, energia e infraestrutura (5,2%)
Segurança pública (5,6%)	Instituições religiosas (4,9%)	Meio ambiente (4,2%)	Economia, emprego, auxílios, fomentos (3,6%)	Mulheres (4,8%)
Criança e adolescente (4,9%)	Dependentes químicos (4,9%)	Mulheres (3,0%)	Mulheres (3,6%)	Economia, emprego, auxílios, fomentos (3,3%)
Cultura e turismo (3,5%)	Urbanização, moradia, energia e infraestrutura (4,9%)	Esportes (2,4%)	Esportes (1,8%)	Cultura e turismo (3,3%)
Legislação e Justiça (2,8%)	Segurança pública (4,1%)	Instituições religiosas (2,4%)	Ideologia religiosa (1,8%)	Meio ambiente (3,3%)

Instituições religiosas (2,8%)	Meio ambiente (4,1%)	Cultura e turismo (1,8%)	Instituições religiosas (1,8%)	Instituições religiosas (2,9%)
Meio ambiente (2,8%)	Esportes (3,3%)	Legislação e Justiça (1,2%)	Meio ambiente (1,8%)	Esportes (2,4%)
Esportes (2,1%)	Mulheres (3,3%)	Economia, emprego, auxílios, fomentos (1,2%)	Cultura e turismo (0,9%)	Ideologia religiosa (2,2%)
Ideologia religiosa (0,7%)	Economia, emprego, auxílios, fomentos (1,6%)	Dependentes químicos (1,2%)	Legislação e Justiça (0%)	Dependentes químicos (1,7%)
Dependentes químicos (0,7%)	Legislação e Justiça (0%)	Causa animal (1,2%)	Raça (0%)	Legislação e Justiça (1,1%)
Direitos Humanos (0,7%)	Raça (0%)	Ideologia religiosa (0,6%)	Dependentes químicos (0%)	Causa animal (0,4%)
Raça (0%)	Causa animal (0%)	Direitos Humanos (0,6%)	Causa animal (0%)	Direitos Humanos (0,4%)
Causa animal (0%)	Direitos Humanos (0%)	Raça (0%)	Direitos Humanos (0%)	Raça (0%)

Se considerarmos toda a legislatura, no quadro 5 temos que os temas de maior enfoque dos Projetos de Lei Ordinária produzidos pela Bancada Evangélica foram: Saúde (18,4%), transporte e mobilidade urbana (10,9%), funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens (9,6%), acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (8,8%) e educação (8,8%). Como já apresentado anteriormente, os temas de economia religiosa e ideologia religiosa representaram cada um respectivamente 2,9% e 2,2%, ocupando na lista de frequência de temas o décimo terceiro e a décima quinta posição, dentro de 20 temas. A aparente priorização dada ao temas é baixa, mesmo se somássemos os 2 temas em um único, com 5,1% este ainda ocuparia a nona posição, atrás, além dos temas já citados, e de segurança

pública (7,2%), criança e adolescente (5,2%) e urbanização, moradia, energia e infraestrutura (5,2%).

Temos no quadro 6 a distribuição temática do que foi produzido pelo grupo dos demais vereadores na legislatura, em ordem decrescente, no caso, do tema mais abordado para o menos recorrente (BATISTA e VIEIRA, 2016). Assim como no quadro anterior, entre parênteses está a fração que o tema representou no total de PLOs do ano. Os temas estão estruturados de forma decrescente.

Quadro 6 - PLOs dos demais vereadores por temática

2017	2018	2019	2020	LEGISLATURA
Causa animal (16,3%)	Saúde (18,8%)	Funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens (20,4%)	Saúde (26,6%)	Funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens (16,2%)
Funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens (13,9%)	Funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens (15,9%)	Saúde (13,5%)	Funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens (14,9%)	Saúde (15,6%)
Transporte e mobilidade urbana (11,6%)	Educação (8,0%)	Meio ambiente (11,4%)	Transporte e mobilidade urbana (9,1%)	Transporte e mobilidade urbana (9,0%)
Saúde (10,7%)	Cultura e turismo (8,0%)	Educação (6,9%)	Urbanização, moradia, energia e infraestrutura (9,1%)	Causa animal (8,8%)
Cultura e turismo (6,8%)	Meio ambiente (8,0%)	Transporte e mobilidade urbana (6,9%)	Economia, emprego, auxílios, fomentos (5,8%)	Meio ambiente (6,6%)
Legislação e Justiça (6,2%)	Transporte e mobilidade urbana (6,5%)	Causa animal (6,1%)	Educação (5,2%)	Educação (5,7%)

Urbanização, moradia, energia e infraestrutura (5,9%)	Acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (5,8%)	Segurança pública (5,7%)	Cultura e turismo (5,2%)	Cultura e turismo (5,7%)
Acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (5,6%)	Segurança pública (5,1%)	Mulheres (5,7%)	Segurança pública (4,5%)	Urbanização, moradia, energia e infraestrutura (5,7%)
Meio ambiente (5,0%)	Urbanização, moradia, energia e infraestrutura (5,1%)	Acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (4,1%)	Acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (3,9%)	Acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (4,9%)
Educação (4,2%)	Economia, emprego, auxílios, fomentos (2,9%)	Criança e adolescente (3,7%)	Esportes (3,2%)	Segurança pública (4,7%)
Segurança pública (3,9%)	Mulheres (2,9%)	Urbanização, moradia, energia e infraestrutura (3,7%)	Legislação e Justiça (2,6%)	Legislação e Justiça (3,4%)
Criança e adolescente (3,0%)	Ideologia religiosa (2,9%)	Cultura e turismo (3,3%)	Criança e adolescente (2,6%)	Criança e adolescente (3,0%)
Esportes (2,7%)	Causa animal (2,9%)	Economia, emprego, auxílios, fomentos (2,4%)	Causa animal (1,9%)	Economia, emprego, auxílios, fomentos (2,7%)
Economia, emprego, auxílios, fomentos (1,5%)	Criança e adolescente (2,2%)	Esportes (2,0%)	Mulheres (1,3%)	Mulheres (2,7%)
Mulheres (1,2%)	Esportes (2,2%)	Legislação e Justiça (1,2%)	Meio ambiente (1,3%)	Esportes (2,5%)
Ideologia religiosa (0,3%)	Legislação e Justiça (1,4%)	Ideologia religiosa (0,8%)	Direitos Humanos (1,3%)	Ideologia religiosa (0,8%)

Instituições religiosas (0,3%)	Raça (0,7%)	Instituições religiosas (0,8%)	Instituições religiosas (0,6%)	Direitos Humanos (0,6%)
Raça (0,3%)	Direitos Humanos (0,7%)	Raça (0,4%)	Raça (0,6%)	Instituições religiosas (0,5%)
Dependentes químicos (0,3%)	Instituições religiosas (0%)	Dependentes químicos (0,4%)	Ideologia religiosa (0%)	Raça (0,5%)
Direitos Humanos (0,3%)	Dependentes químicos (0%)	Direitos Humanos (0,4%)	Dependentes químicos (0%)	Dependentes químicos (0,2%)

Considerando o total da legislatura, no quadro 6 temos que os temas de mais foco dos Projetos de Lei Ordinária produzidos pelo grupo dos demais vereadores na 17ª legislatura, foram: funcionamento interno, decoreto parlamentar e homenagens (16,2%), saúde (15,6%), transporte e mobilidade urbana (9%), causa animal (8,8%) e meio ambiente (6,6%). Os temas de economia religiosa e ideologia tiveram pouco destaque, representando nessa ordem 0,5% e 0,8% do total. Na ordenação de temas mais frequentes, a priorização dada aos temas economia e ideologia é baixa, onde estes ocuparam respectivamente a décima oitava e a décima sexta posição.

Se compararmos a saliência dos temas para os dois grupos, temos um comportamento semelhante à prioridade dada aos temas de saúde e transporte, onde nos dois grupos as temáticas passaram dos 9% da produção total. Sobre os temas religiosos, a bancada evangélica deu maior prioridade em comparação ao grupo dos demais vereadores, mas se compararmos com os demais temas, mesmo dentro do grupo religioso as temáticas religiosas tiveram um papel diminuto na legislatura.

4.2.4 Projetos de Decreto Legislativo

Seguindo para a próxima atividade legislativa, os Projetos de Decreto Legislativo, no quadro 7 temos a produção de PDLs da Bancada evangélica na legislatura.

A Bancada Evangélica produziu no Biênio 39 Projetos de Decreto Legislativo. Em 2017 os vereadores produziram 13 PDLs, e desses, 7 se caracterizam como de temática religiosa, o que representou 53% do total. Em 2018 o grupo produziu 7 PDLs, destes 1 foi de temática religiosa, o que representou 14%. Em 2019 o grupo elaborou 13 PDLs, e onde 1 foi da temática religiosa. Já em 2020 os vereadores da bancada criaram 6 PDLs, e 1 foi da temática. No total da legislatura o grupo teve 39 projetos, onde 10 foram da temática, um valor próximo dos 25%.

O quadro 8 apresenta os dados de Projetos de Decreto Legislativo para o grupo formado pelos demais vereadores.

Quadro 7 - Projeto de Decreto Legislativo (Bancada Evangélica)

Projetos de Decreto Legislativo			
ANO	BANCADA EVANGÉLICA	TEMÁTICA RELIGIOSA	PERCENTUAL
2017	13	7	53%
2018	7	1	14%
2019	13	1	7,6%
2020	6	1	16,6%
Total legislatura	39	10	25%

Quadro 8 - Projetos de Decreto Legislativo (demais vereadores)

Projetos de Decreto Legislativo			
ANO	DEMAIS VEREADORES	TEMÁTICA RELIGIOSA	PERCENTUAL
2017	48	1	2%
2018	32	4	12,5%
2019	43	3	6,9%
2020	37	2	5,4%
Total legislatura	160	10	6,2%

O grupo de demais vereadores teve no total da legislatura 10 projetos de temática religiosa, um valor que representou 6,2% do total produzido. Para fins de comparação, apesar

do número baixo formado pelos dois grupos (apenas 10 projetos), se considerarmos o tamanho de sua produção, os Projetos de Decreto do grupo evangélico apresentou consideravelmente mais a temática religiosa.

4.2.5 Requerimentos - Votos de repúdio e aplauso

Ao voltarmos a análise do trabalho para os requerimentos produzidos no período, precisamos primeiro evidenciar um recorte metodológico exercido no projeto. De forma simplificada, requerimentos são uma atividade legislativa que possui 3 facetas: (1) requerimentos de obra; (2) votos de aplauso; (3) votos de repúdio. Considerando os fins do projeto, este se foca nos votos de aplauso e votos de repúdio. Os requerimentos de obra foram retirados do presente estudo pois resumidamente se restringem ao pedido por parte dos vereadores pela execução de obras ou ações específicas das autarquias de infraestrutura urbana da cidade, uma atividade focada em ações como a poda de árvores, a manutenção de estradas e outras obras, questões que não se encaixam no foco do projeto. Para analisarmos o quanto os votos de aplauso e votos de repúdio representam no total de requerimentos dos vereadores, o número de requerimentos de cada vereador no biênio está disponível no anexo. O quadro 9 apresenta os requerimentos da Bancada Evangélica.

Analisando a produção de requerimentos mostrada no quadro 9 temos que a Bancada Evangélica produziu na legislatura um total de 415 votos, sendo 409 de aplauso e 6 de repúdio. Observamos que a temática religiosa apresenta um papel menor nos votos de aplauso, representando 11,2% da produção. Porém, quando observamos os votos de repúdio, temos um certo domínio de temas relacionados à temática religiosa, que representou 66,6% de toda a produção. No quadro 10 temos a produção de requerimentos dos demais vereadores.

Sobre o grupo dos demais vereadores, este produziu 1497 votos no período, sendo sua grande maioria de aplauso - 1479, e 18 votos de repúdio. A temática religiosa representou uma pequena parcela da produção de votos de aplauso desses vereadores, com apenas 4,3%. Nos votos de repúdio, nenhum apresentou temática relacionada aos religiosos.

Quadro 9 - Requerimentos Bancada Evangélica

Requerimentos Bancada Evangélica - Legislatura			
TIPO REQUERIMENTO	TOTAL	TEMÁTICA RELIGIOSA	% DA TEMÁTICA RELIGIOSA NO TOTAL
Voto de aplauso	409	46	11,2%
Voto de Repúdio	6	4	66,6%
Total de Requerimentos	415	50	12%

Quadro 10 - Requerimentos dos demais vereadores

Requerimentos demais vereadores - Legislatura			
TIPO REQUERIMENTO	TOTAL	TEMÁTICA RELIGIOSA	% DA TEMÁTICA RELIGIOSA NO TOTAL
Voto de aplauso	1479	64	4,3%
Voto de Repúdio	18	0	0%
Total de Requerimentos	1497	64	4,2%

4.3 A Bancada Cristã da 18ª legislatura

A eleição de 2020 foi a primeira onde o candidato mais votado não foi um evangélico. Nas eleições de 2008 e 2012 a primeira colocação ficou com André Ferreira, membro de uma das famílias mais tradicionais da política pernambucana e com Michele Collins, nas eleições de 2016¹². Eleita nas eleições de 2020, a Bancada Cristã foi formada por onze membros, representando aproximadamente 28% por cento da casa é formada pelos vereadores: Michele Collins (PP) (líder), Felipe Alecrim (PSC) (Vice-líder), Alcides Cardoso (DEM), Renato Antunes (PSC), Eduardo Marques (PSB), Fred Ferreira (PSC), Professora Ana Lúcia (Republicanos), Pastor Júnior Tércio (PODEMOS), Almir Fernando (PCdoB), Luiz

¹² Ver: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/resultados-eleicoes>>. Acesso em 09/01/2024.

Eustáquio (PSB) e Professor Mirinho (SDD). Os membros católicos da bancada são o vice-líder Felipe Alecrim (PSC) e Alcides Cardoso (DEM).

Já o grupo formado pelos demais vereadores em 2020 contou com 34 membros, sendo: Aderaldo Pinto (PSB), Alcides Teixeira Neto (PSB), Andreza Romero (PODEMOS), Chico Kiko (PP), Cida Pedrosa (PCdoB), Davi Muniz (PSB), Doduel Varela (PP), Ebinho Florêncio (PODEMOS) (suplente de Pastor Júnior Tércio), Eriberto Rafael (PP), Felipe Francismar (PSB), Gilberto Alves (REP), Hélio Guabiraba (PSB), Ivan Moraes (PSOL), Jairo Britto (PT), Joselito Ferreira (PSB), Júnior Bocão (CIDADANIA), Liana Cirne (PT), Marco Aurélio Filho (PRTB), Natália de Menudo (PSB), Osmar Ricardo (PT), Paulo Muniz (SDD), Pretas juntas (PSOL) (suplente de Dani Portela), Rinaldo Júnior (PSB) (Suplente de Carlos Muniz), Romerinho Jatobá (PSB), Samuel Salazar (MDB), Tadeu Calheiros (PODEMOS), Victor André Gomes (UNIÃO), Wilton Brito (PSB), Zé Neto (PROS). O grupo dos demais vereadores ainda contou os vereadores fora de exercício Dilson Batista e Fabiano Ferraz, ambos do AVANTE, e dois suplentes que exerceram mandato, Aline Mariano (PP) e Marcos di Bria Júnior (PSB).

4.3.1 Projetos de Lei ordinária

Se tratando de Projetos de Lei Ordinária (PLOs) a Bancada Cristã produziu no biênio 278 projetos, sendo destes 179 em 2021 e 99 projetos em 2022. Se considerarmos a classificação por temas, a Bancada Cristã abordou 337 temas no biênio, sendo 210 em 2021 e 127 em 2022. O grupo dos demais vereadores que não fazem parte de B.C. produziram no Biênio (2021-2022) 526 projetos, distribuídos em 272 apresentados em 2021, e 254 no ano de 2022. Se quantificarmos a aparição temática, o biênio representou 637 temas, com 321 no ano de 2021, e 316 em 2022. No quadro 11 temos a distribuição de PLOs para os dois grupos no período.

Quadro 11 - Projetos de lei ordinária produzidos

GRUPO	2021	2022	BIÊNIO
Bancada Cristã	179 (210)	99 (127)	278 (337)
Demais vereadores	272 (321)	254 (316)	526 (637)

4.3.1.1 *Temática religiosa em PLOs*

Temos no quadro 12 a produção no biênio e anual dos vereadores dos dois grupos em projetos que se adequam na retórica considerada pelo estudo como ideologia religiosa. Entre parênteses temos o quanto esses projetos representam no total de Projetos de Lei Ordinária do grupo.

Quadro 12 - Projetos de Lei Ordinária de ideologia religiosa

GRUPO	2021	2022	BIÊNIO
Bancada Cristã	4 (1,9%)	2 (1,5%)	6 (1,7%)
Demais vereadores	10 (3.1%)	11 (3,4%)	21 (3,9%)

Como apontado no quadro 12, encontramos que a Bancada Cristã produziu no biênio 6 projetos que se adequam à retórica ideológica religiosa, distribuídos em 4 em 2021 e 2 projetos em 2022. No total, Projetos de Lei Ordinária de ideologia religiosa representaram 1,7% da produção dos vereadores da Bancada Cristã no período. Se tratando do grupo dos demais vereadores não membros da bancada religiosa, encontramos no biênio 21 projetos que se incluem na temática ideológica religiosa na produção desses vereadores, distribuídos em 10 projetos em 2021 e 11 em 2022. Esses 21 projetos representaram 3,9% de tudo que foi produzido no período.

Seguindo a análise se focando na temática da economia religiosa, ou seja, temas que afetam as instituições religiosas, vemos no quadro 13 a produção dos dois grupos. Assim como feito nos Projetos de Lei Ordinária de ideologia religiosa, entre parênteses temos o quanto esses projetos representam no total de PLOs do grupo.

Quadro 13 - Projetos de Lei Ordinária de Economia Religiosa

GRUPO	2021	2022	BIÊNIO
Bancada Cristã	9 (4,2%)	6 (4,7%)	15 (4,4%)
Demais vereadores	7 (2,5%)	5 (1,7%)	12 (2,2%)

No quadro 13 temos a produção de PLOs relacionados a instituições religiosas da Bancada Cristã, sendo 15 projetos no biênio, 9 em 2021 e 6 iniciativas em 2022. Esse número representa 4,4% de sua atividade parlamentar nessa modalidade. Já o grupo dos demais vereadores, encontramos um total de 12 projetos no biênio, 7 em 2021 e 5 em 2022, o que constitui 2,2% de toda a sua atividade. Continuando nosso estudo sobre a saliência do tema para o grupo religioso, a seção seguinte compara a recorrência dos temas religiosos em comparação a outros temas da atuação parlamentar.

4.3.1.2 Comparação dos temas religiosos com os demais

Sobre a saliência temática dos temas abordados pelos vereadores, temos no quadro 14 a distribuição temática do que foi produzido pelos vereadores membros da Bancada Cristã em 2021 e 2022, em ordem decrescente, no caso, do tema mais abordado para o menos recorrente (BATISTA e VIEIRA, 2016). Entre parênteses está a fração que o tema representou no total de PLOs do ano. Os temas estão estruturados de forma decrescente.

Quadro 14 - PLOs da Bancada Cristã por temática

2021	2022	BIÊNIO
Saúde (19,5%)	Saúde (20,5%)	Saúde (19,9%)
Educação (16,7%)	Acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (15,0%)	Educação (14,5%)
Acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (10,0%)	Educação (11,0%)	Acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (11,9%)

Funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens (5,7%)	Funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens (11,0%)	Funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens (7,7%)
Mulheres (5,7%)	Urbanização, moradia, energia e infraestrutura (6,3%)	Urbanização, moradia, energia e infraestrutura (5,6%)
Segurança pública (5,2%)	Instituições religiosas (4,7%)	Mulheres (4,7%)
Esportes (5,2%)	Cultura e turismo (4,7%)	Segurança pública (4,5%)
Urbanização, moradia, energia e infraestrutura (5,2%)	Economia, emprego, auxílios, fomentos (3,9%)	Esportes (3,9%)
Transporte e mobilidade urbana (4,8%)	Criança e adolescente (3,9%)	Transporte e mobilidade urbana (3,9%)
Instituições religiosas (4,3%)	Mulheres (3,1%)	Economia, emprego, auxílios, fomentos (3,6%)
Economia, emprego, auxílios, fomentos (3,3%)	Segurança pública (3,1%)	Instituições religiosas (2,7%)
Meio ambiente (2,9%)	Transporte e mobilidade urbana (2,4%)	Cultura e turismo (2,7%)
Legislação e justiça (2,4%)	Legislação e justiça (2,4%)	Meio ambiente (2,4%)
Ideologia religiosa (1,9%)	Esportes (1,6%)	Legislação e justiça (2,4%)
Dependentes químicos (1,9%)	Meio ambiente (1,6%)	Criança e adolescente (2,1%)
Direitos Humanos (1,4%)	Ideologia religiosa (1,6%)	Ideologia religiosa (1,8%)
Cultura e turismo (1,4%)	Dependentes químicos (1,6%)	Dependentes químicos (1,8%)
Criança e adolescente (1,0%)	Direitos Humanos (1,6%)	Direitos Humanos (1,5%)
Raça (0,5%)	Raça (0%)	Raça (0,3%)
Causa animal (0,5%)	Causa animal (0%)	Causa animal (0,3%)

Considerando a produção no biênio, no quadro 14 temos que os temas de maior enfoque dos Projetos de Lei Ordinária produzidos pela Bancada Cristã foram: saúde (19,9%), educação (14,5%), acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (11,9%), funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens (7,7%) e urbanização, moradia, energia e infraestrutura (5,6%). Como já apresentado anteriormente, os temas de economia religiosa e ideologia religiosa representaram cada um respectivamente 2,7% e 1,8%, ocupando na lista de frequência de temas a décima primeira e a décima sexta posição (empatado com dependentes químicos, também com 1,8%). Assim como na Bancada Evangélica da legislatura passada, a aparente priorização dada aos temas religiosos é baixa, se fizermos a soma dos dois temas, com 4,5% este estaria na sétima posição, empatado com segurança pública.

4.3.1.3 Enfoque temático dos demais vereadores

No quadro 15 temos a temática da produção dos demais vereadores nos dois anos estudados. Assim como apresentado no grupo religioso, os dados estão ordenados de forma decrescente.

Quadro 15 - Ênfase temática dos demais vereadores - biênio

2021	2022	BIÊNIO
Saúde (17,1%)	Saúde (21,5%)	Saúde (19,3%)
Mulheres (10,6%)	Mulheres (10,1%)	Mulheres (10,4%)
Funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens (10,3%)	Cultura e turismo (9,5%)	Cultura e turismo (8,2%)

Causa animal (7,2%)	Acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (8,2%)	Funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens (7,8%)
Cultura e turismo (6,9%)	Educação (7,6%)	Acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (7,1%)
Acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (5,9%)	Funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens (5,4%)	Educação (6,4%)
Segurança pública (5,9%)	Urbanização, moradia, energia e infraestrutura (5,4%)	Segurança pública (4,6%)
Educação (5,3%)	Economia, emprego, auxílios, fomentos (4,1%)	Causa animal (4,6%)
Raça (4,7%)	Meio ambiente (3,8%)	Urbanização, moradia, energia e infraestrutura (4,4%)
Transporte e mobilidade urbana (4,4%)	Ideologia religiosa (3,5%)	Raça (4,1%)
Urbanização, moradia, energia e infraestrutura (3,4%)	Raça (3,5%)	Economia, emprego, auxílios, fomentos (3,6%)
Economia, emprego, auxílios, fomentos (3,1%)	Legislação e justiça (3,2%)	Ideologia religiosa (3,3%)
Ideologia religiosa (3,1%)	Segurança pública (3,2%)	Transporte e mobilidade urbana (3,1%)
Direitos Humanos (3,1%)	Criança e adolescente (2,5%)	Meio ambiente (3,0%)
Esportes (2,5%)	Transporte e mobilidade urbana (1,9%)	Direitos Humanos (2,5%)
Instituições religiosas (2,2%)	Causa animal (1,9%)	Legislação e Justiça (2,4%)
Meio ambiente (2,2%)	Direitos Humanos (1,9%)	Esportes (1,9%)

Legislação e justiça (1,6%)	Instituições religiosas (1,6%)	Instituições religiosas (1,9%)
Criança e adolescente (0,6%)	Esportes (1,3%)	Criança e adolescente (1,6%)
Dependentes químicos (0,3%)	Dependentes químicos (0%)	Dependentes químicos (0,2%)

Considerando o total da legislatura, no quadro 15 temos que os temas de mais foco dos Projetos de Lei Ordinária produzidos pelo grupo dos demais vereadores na 18ª legislatura foram: saúde (19,3%), mulheres (10,4%), cultura e turismo (8,2%), funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens (7,8%), acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência (7,1%). Em comparação com a Bancada Cristã, vemos que o padrão dos demais vereadores é bem semelhante, com saúde sendo o tema mais recorrente nos dois anos estudados. Outro tema com destaque semelhante foi o tema de funcionamento interno, decoro parlamentar e homenagens e o tema de acessibilidade, pessoa idosa e com deficiência.

Um ponto interessante é o destaque dado a temas religiosos pelo grupo formado pelos demais vereadores, onde sua produção supera em termos proporcionais a produção do grupo religioso tanto nos projetos relacionados a instituições religiosas, que representou 3,3% de sua produção, contra 2,7% da bancada cristã, como em projetos relacionados a temática ideológica, que representou 1,9% de sua produção, contra 1,8% da bancada cristã. Valores mais próximos, mas ainda superiores.

4.3.2 Projetos de Decreto Legislativo

Seguindo para a próxima atividade legislativa, os Projetos de Decreto Legislativo, no quadro 16 temos a produção de PDLs da Bancada Cristã no biênio. A Bancada Cristã produziu no Biênio 23 Projetos de Decreto Legislativo. Em 2021 os vereadores produziram 9 PDLs, e desses, 2 se caracterizam como de temática religiosa, o que representou 22% do total. Em 2022 o grupo produziu 14 PDLs, destes 4 foram de temática religiosa, o que representou 28%. No total do biênio o grupo teve 23 projetos, onde 6 foram da temática religiosa, aproximadamente 26% do total.

Quadro 16 - Projeto de Decreto Legislativo (Bancada Cristã)

Projetos de decreto legislativo			
ANO	BANCADA CRISTÃ	TEMÁTICA RELIGIOSA	PERCENTUAL
2021	9	2	22%
2022	14	4	28%
Biênio	23	6	26%

Para fins de comparação, analisamos a produção de PDLs do grupo formado pelos demais vereadores. O quadro 17 representa seus números no biênio.

Quadro 17 - Projetos de Decreto Legislativo (demais vereadores)

Projetos de decreto legislativo			
ANO	DEMAIS VEREADORES	TEMÁTICA RELIGIOSA	PERCENTUAL
2021	30	1	3,3%
2022	42	0	0%
Total biênio	72	1	1,3%

O grupo formado pelos demais vereadores produziu no biênio 81 Projetos de Decreto Legislativo, porém apenas 1 projeto se encaixa dentro dos parâmetros definidos de temática religiosa.

Se tratando de Projetos de Decreto Legislativo, apesar de números baixos de produção, conseguimos observar uma diferença considerável no foco da temática religiosa entre o grupo da Bancada Cristã e os demais vereadores em termos de PDLs, onde em termos proporcionais a produção da B.C. é consideravelmente maior.

4.3.3 Requerimentos - votos de repúdio e aplauso

Começando nossa análise dos requerimentos, na 18ª legislatura temos no quadro 18 os requerimentos da bancada cristã. Entre parênteses temos o quanto esses votos representam do total produzido no ano.

Quadro 18 - Requerimentos da Bancada Cristã

TIPO DE REQUERIMENTO	TOTAL 2021	TEMÁTICA RELIGIOSA 2021	TOTAL 2022	TEMÁTICA RELIGIOSA 2022
Voto de aplauso	90	8 (8,8%)	89	30 (33,7%)
Voto de Repúdio	1	1 (100%)	16	1 (6,2%)
Total de votos	91	9 (9,8%)	105	31 (29,5%)

Analisando a produção de requerimentos mostrada no quadro 18, temos que a Bancada Cristã produziu em 2021 um total de 90 votos de aplauso, sendo destes, 8 requerimentos relacionados à temática religiosa, número que representa 8,8% de tudo que foi produzido nessa modalidade legislativa. Se tratando dos votos de repúdio, só foi produzido um requerimento desse tipo em 2021 e ele teve caráter religioso. Em 2022, temos que foram produzidos 89 votos de aplauso, e destes 30 requerimentos tiveram relacionados à temática religiosa, o que representa aproximadamente 33% ou um terço de tudo que foi elaborado pelo grupo da B.C. em 2022. Em relação aos votos de repúdio, no quadro 16 observamos um número de 16 requerimentos, onde apenas 1 foi de temática religiosa, o que representou 6% do total no ano. No total do biênio, tivemos 179 votos de aplauso, 38 destes contendo a temática religiosa (21,2%). Já os votos de repúdio, tivemos no biênio 17 votos, onde 2 continham a temática religiosa (11,7%).

Se tratando do grupo de demais vereadores, o quadro 19 mostra sua produção no biênio. Observamos no quadro que em 2021 o grupo dos demais vereadores produziram 443 votos de aplauso, destes 35 foram de temática religiosa, o que corresponde a aproximadamente 8% do total. Já nos votos de repúdio, foram elaborados 14 requerimentos, e 1 de temática religiosa, que também corresponde a 7% do total. No ano de 2022 o grupo de vereadores que não fazem parte da Bancada Cristã produziram 499 votos de aplauso, onde 31 (6%) foram de temática religiosa. Em votos de repúdio, foram apresentados 13, dos quais 2 (15%) concerne à temática religiosa. No total do biênio dos demais vereadores, tivemos 457

votos de aplauso, onde 66 foram de temática religiosa (14,4%). Já nos votos de repúdio, tivemos no biênio 27 votos, onde 3 foram de temática religiosa (11,1%).

Quadro 19 - Requerimentos demais vereadores

TIPO DE REQUERIMENTO	TOTAL 2021	TEMÁTICA RELIGIOSA 2021	TOTAL 2022	TEMÁTICA RELIGIOSA 2022
Voto de aplauso	443	35 (7,9%)	499	31 (6,2%)
Voto de Repúdio	14	1 (7,1%)	13	2 (15,3%)
Total de votos	457	36	512	33 (6,4%)

Comparando os votos dos dois grupos, a proporção de votos de aplauso com a temática religiosa é próxima entre os dois grupos, 21,2% para a Bancada Cristã e 14,4% dos demais. Sobre os votos de repúdio, a proporção para os dois grupos no biênio ficou nas casas decimais, com 11,7% dos religiosos e 11,1% para os demais.

5 AS RETÓRICAS

5.1 Bancada Evangélica e Cristã

Buscando encontrar evidências da agenda conservadora evangélica na produção legislativa dos vereadores das frentes religiosas, nesta seção apresentamos brevemente as principais retóricas contidas nas justificativas escritas dos projetos de lei produzidos pelo grupo.

Na produção da bancada evangélica, sobre os interesses institucionais vemos projetos de lei ordinária que promovem a defesa da assistência religiosa, em hospitais e clínicas (PLO 81/2017), a possibilidade da realização de convênios entre a administração pública e instituições religiosas (PLO 31/2018), a inclusão das manifestações religiosas na Lei municipal que institui o Sistema de Incentivo à Cultura (SIC) (PLO 94/2018), e a isenção do imposto predial e territorial urbano para igrejas (105/2018). Um projeto de lei de grande repercussão no estado foi a PLO 40/2020, que durante o período da pandemia de COVID ocorrido em 2020, estabeleceu igrejas e templos de qualquer culto como atividade essencial. Ainda tivemos o projeto (PLO 162/2020) que exclui os templos religiosos da obrigação de obter Alvarás de Funcionamento.

Na 18ª legislatura a atividade da Bancada cristã os temas institucionais tiveram ainda mais destaque do que na legislatura anterior. Como exemplo da tentativa de parcerias entre instituições religiosas, podemos citar a PLO 16 de 2021 de autoria da vereadora Michele Collins, que “dispõe sobre a possibilidade da realização de convênios entre a prefeitura do Recife e as instituições religiosas visando atividades como lazer; cultura; esporte; qualificação profissional; e programas de Governo.” Ainda sobre o tema, temos projetos de lei que buscam isentar as instituições religiosas da necessidade de permissão para a instalação de cartazes em vias públicas (PLO 303/2021), e que ações de solidariedade sejam consideradas como serviços essenciais (PLO 111/2021). Também sobre as instalações físicas, o projeto (179/2022) teve como objetivo mudar as normas previstas na Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife referentes a instalação das “atividades potencialmente geradoras de incômodo à vizinhança (APGI), excluindo da necessidade de análise técnica de localização os tempos religiosos.

Entrando na retórica ideológica, nos projetos de lei produzidos pela bancada evangélica em ambas as legislaturas a colocação do tema da educação e a oposição à educação sexual como pauta da guerra cultural evangélica em projetos como a PLO 82/2018, que “obriga as unidades de ensino da rede pública e privada da Cidade do Recife a pedir autorização dos pais ou responsáveis, para que os alunos frequentem as aulas que tratem sobre Educação Sexual” e a PLO 406/2017, que defende a “proibição da orientação político-pedagógica relacionada a ideologia de gênero e a educação sexual” nas escolas e bibliotecas públicas do município (PLO 406/2017). Esse projeto também classifica a educação sexual como “o incentivo à prática sexual por menores de idade, bem como qualquer assunto ligado a à atividade sexual.”

Existe uma aproximação entre temas ideológicos religiosos e a educação, sob uma retórica que coloca crianças como vulneráveis dentro da guerra cultural (SMITH, 2019). Como exemplo podemos citar a PLO 17 de 2021 de autoria da vereadora Michele Collins que em sua ementa defende “o aprendizado da Língua Portuguesa de acordo com a Norma Culta e as orientações legais de ensino”, mas que em seu conteúdo propõe a proibição do uso da “linguagem neutra”, do “dialeto não binário” ou de qualquer outra forma de linguagem. Pois segundo projeto, isso modificaria a utilização da Norma culta na grade curricular das instituições, bem como no material didático disponibilizado aos alunos por tais instituições.” Dentro dessa retórica de proteção à criança e o adolescente, está a PLO (13/2018) que classifica o grupo como “pessoas em desenvolvimento e em condição de especial fragilidade psicológica”. O projeto ainda defende que “os pais têm o direito a que seus filhos menores recebam a educação moral e religiosa que esteja de acordo com suas convicções”, que “os órgãos ou servidores públicos municipais podem cooperar na formação moral de crianças e adolescentes, desde que, previamente, apresentem às famílias o material pedagógico, cartilha ou folder que pretendem apresentar ou ministrar em aula ou atividade”.

Outro ponto defendido pelos parlamentares evangélicos foi a proibição em vias públicas de “conteúdo erótico, pornográfico, obsceno, impróprio ou inadequado” (PLO 28/2018). Segundo o projeto, este busca “evitar a exibição de imagens e mensagens que atentem contra os bons costumes e a educação”. Mais um projeto de destaque no tema é a PLO 206/2020, que se opõe a utilização da linguagem neutra ao “vedar o uso de novas formas de flexão de gênero e número”. De acordo com o vereador Fred Ferreira, a linguagem neutra (que o vereador chama de “neolinguagem”) é “uma contrariedade às regras gramaticais

consolidadas no país e aprovadas pela Comunidade Lusófona”. O parlamentar ainda chama os que usam a linguagem neutra de preconceituosos “aqueles que pretendem utilizar para militância ideológica e exaltação de agenda política, modificando a realidade para moldá-la a seus propósitos escusos”.

Dentro da defesa da instituição da família, o projeto (PLO 93/2018) “torna obrigatória a realização da celebração do “Dia dos Pais” e do “Dia das Mães” nas creches e escolas públicas e privadas do município do Recife e dá outras providências”, pois estas “valorizam, acima de tudo, a instituição da família”. O projeto afirma que , “em 2014, as escolas públicas de São Paulo deixaram de comemorar o “Dia das Mães” e o “Dia dos Pais”, sob o pretexto de celebrar o “Dia de quem cuida de mim”. Na época, essa medida foi considerada inclusiva e não preconceituosa por alguns gestores públicos e ocasionou muita revolta e indignação, sobretudo, na sociedade paulistana. Na verdade, a referida decisão tenta desconstruir a família tradicional”.

Um projeto também buscou a instituição do programa "escola sem partido" no âmbito municipal do Recife (PLO 1/2018). Esse assunto que teve grande repercussão na campanha eleitoral do então candidato a presidente Jair Bolsonaro, foi proposto para o Recife, porém, o material legal produzido pela vereadora Aimee Carvalho é completamente confuso, contendo 22 páginas que se repetem e alternam um conteúdo também desconexo¹³.

O Projeto (PLO 99/2019) proíbe a contratação, com recursos públicos do município, de artistas que incentivem a violência e o desrespeito às religiões e seus símbolos. Ainda sobre o desrespeito a religiões, o projeto (PLO 136/2019) ofensa a crenças e dogmas religiosos.

Mais um ponto interessante é a existência de leis que colocam as instituições religiosas em uma posição de vulnerabilidade diante da guerra cultural, como a PLO 344/2021 que busca “garantir o direito das denominações religiosas situadas no Recife de não efetuar casamento ou cerimônia religiosa que viole suas crenças”. O argumento utilizado pelo projeto é de que existiu uma decisão judicial na cidade de Goiânia - GO que “obrigou uma igreja evangélica a realizar um casamento de pessoas que não seguiam a instituição”. O projeto também busca desconfigurar como discriminação “a recusa de denominações religiosas quanto a permanência de cidadãos em suas instalações que atentem contra seus valores, doutrinas, crenças e/ou liturgias”. E que essa discriminação não pode levar a ações da

¹³Ver<:https://publico.recife.pe.leg.br/pysc/download_materia_pysc?cod_materia=NzY4MDI=&texto_original=1>. Acesso em 12/01/2024.

“administração pública, a qual venha a punir ou suspender benefícios ou privilégios, incluindo insenções fiscais, contratos governamentais, subsídios e licenças”.

Em relação aos direitos da população LGBTQIA+, temos projetos como a PLO (84/2022) que “Proíbe a instalação de banheiros, toaletes e vestiários “multigêneros” ou “unissex” no Município do Recife”. Em sua justificativa o projeto de autoria do vereador Fred Ferreira, aponta que “é do conhecimento de todos que banheiros, toaletes e vestiários são espaços em que se demanda o maior grau de segurança e de privacidade. Nesse sentido, a criação, nos tempos atuais, de banheiros “multigêneros” ou “unissex” configura uma ameaça aos usuários, especialmente crianças, adolescentes e mulheres, pois não há como impedir que oportunistas frequentem esses locais.” Novamente existe por parte da Bancada Cristã o argumento de que a busca por direitos para a população LGBTQIA+ são uma ameaça para a população, em especial as crianças.

Na temática de direitos reprodutivos, a PLO 299 de 2022, defende o “dia municipal do nascituro”. O projeto busca “um meio de celebrarmos a importância do nascituro no nosso cotidiano, e conseqüentemente, o reconhecimento do valor da vida”. O projeto ainda cita o reconhecimento do Código Civil, que defende os direitos do nascituro, onde a “personalidade civil começa do nascimento com a vida”.

Dentro do apoio retórico, este é marcado no trabalho das duas bancadas pela criação de dias comemorativos e homenagens diversas, geralmente configuradas pela inclusão no calendário oficial do Recife de datas como o dia da consciência evangélica (PLO 303/2017), o Dia da Família Recifense (PLO 149/2018), o Dia da Reforma Protestante (PLO 208/2018), o dia da bíblia (PLO 74/2019), da Semana Municipal de Combate ao Aborto (125/2020), do dia do católico (PLO 123/2021), o dia mundial do conservadorismo (PLO 413/2021), o “dia dos jovens cristãos” (PLO 131/2020), o “dia dos comunicadores gospel” (PLO 284/2022). Como exemplos de outras formas de apoio retórico nos Projetos de Lei Ordinária podemos também citar a declaração da música gospel (PLO 363/2021) e da “Marcha para Jesus”, importante evento do mundo gospel (PLO 311/2022) como Patrimônio Cultural Imaterial do Município do Recife.

Sobre os Projetos de Decreto Legislativo, nos temas específicos a bancada evangélica se resume a conceder título de cidadão do Recife e medalhas de mérito a figuras e instituições e figuras religiosas. Esse padrão de homenagens mais simples também se manteve nos votos de aplauso do grupo nas duas legislaturas. O mais relevante para os temas estudados foram

alguns temas abordados nos votos de repúdio, mas o número de projetos é irrisório e as retóricas não ultrapassam as já abordadas no estudo sobre os projetos de lei.

Um achado interessante da análise qualitativa das retóricas foi que uma parte considerável dos Projetos de Lei Ordinária da Bancada Cristã na temática religiosa foram produzidos pela mesma parlamentar, a vereadora Michele Collins (PLO 16/2021), (PLO 17/2021), (PLO 194/2021), (PLO 307/2021), (PLO 344/2021), (PLO 179/2022), (PLO 299/2022), (PLO 311/2022). Michele Collins, é vereadora pelo Partido Progressistas e membro da Assembleia de Deus do Ministério Madureira em Recife, casada com o deputado estadual Cleiton Collins, político de longa carreira no estado e pastor na mesma instituição (DOS SANTOS CORREA e XAVIER, 2021). A parlamentar também é uma dos poucos membros da Bancada Cristã que utiliza em seu nome de urna títulos evangélicos, sendo conhecida como “Missionária Michele Collins”. O destaque de Michele Collins na abordagem da retórica conservadora pode apontar que a bancada cristã e evangélica não apresenta um comportamento padronizado dentro do grupo, onde parlamentares específicos demonstram maior interesse e abraçam de maneira mais considerável a produção de projetos de interesse do grupo religioso.

5.2 Demais vereadores

Sobre os demais vereadores, nas temáticas ideológicas religiosas vemos um padrão claro de defesa dos direitos reprodutivos e da população LGBTQIA+ realizado por um grupo específico de vereadores de partidos de esquerda. É recorrente na produção de parlamentares como Ivan Moraes (17ª e 18ª legislatura), e Cida Pedrosa (PCdoB), Dani Portela (PSOL) e Liana Cirne (PT) na 18ª o foco na defesa de minorias. Sobre o aborto podemos citar projetos que visam a atenção humanizada ao aborto legal (PLO 39/2021), a afixação de material informativo sobre os serviços do aborto legal (PLO 415/2021), entre outros.

Em relação à população LGBTQIA+, se destacam projetos como a implantação do “programa de diagnóstico da população LGBTQIA+ (PLO 428/2021). E o Projeto (PLO 436/2021) que “Determina reserva de 5% (cinco por cento) das unidades de moradia dos

conjuntos habitacionais nos programas do Executivo Municipal às famílias LGBTQIA+ em situação de violência e vulnerabilidade social, no âmbito do município de Recife.” Outro projeto foi o (PLO 12/2022) que defende o direito das pessoas que mantêm união estável homoafetiva, convertida ou não em casamento, à inscrição, como entidade familiar, nos programas de habitação popular.

Também existem movimentos retóricos, como a inclusão no calendário oficial do Recife o “dia mundial da luta contra a homofobia, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia” (PLO 60/2021).

Sobre os Projetos de Decreto Legislativo e requerimentos, nos temas específicos o grupo dos demais vereadores se assemelha em muito ao comportamento tomado pelos vereadores da bancada evangélica, se resume a conceder título de cidadão do Recife e medalhas de mérito a figuras e instituições e figuras religiosas. Esse padrão de homenagens mais simples também se manteve nos votos de aplauso do grupo nas duas legislaturas.

6 O COMPORTAMENTO INTRA GRUPO

Considerando o comportamento observado na análise da produção legislativa da vereadora Michele Collins na seção anterior, fica a pergunta: existem vereadores *outliers* do comportamento observado para a bancada evangélica? No quadro 20 temos a produção de leis dos vereadores da Bancada evangélica para a 17ª legislatura.

**Quadro 20 - Produção de Projetos de Lei Ordinária de temática religiosa
(Bancada evangélica)**

VEREADOR	IDEOLOGIA RELIGIOSA	ECONOMIA RELIGIOSA	TOTAL DE PLOS NO TEMA
Aimee Carvalho	2	1	3
Almir Fernando	1	2	3
Ana Lúcia	0	3	3
Carlos Gueiros	0	0	0
Fred Ferreira	2	0	2
Luiz Eustáquio	0	0	0
Michele Collins	7	9	16
Renato Antunes	0	1	1

Observamos no quadro 20 um comportamento semelhante na maioria dos vereadores membros da Bancada Evangélica, com uma produção que varia de 1 a 3 projetos de temática religiosa na legislatura. Como já citado anteriormente, a vereadora Michele Collins (PP) se destaca perante seus colegas de bancada, com uma produção de 16 projetos de lei no período. Os vereadores Luiz Eustáquio e Carlos Gueiros não produziram nenhum projeto de lei sobre os temas. No quadro 21 temos o comportamento dos vereadores da Bancada Cristã no Biênio.

Observamos no quadro 21 que a grande maioria dos vereadores teve produção entre 1 e 4 projetos de lei de temática religiosa no biênio. Mais uma vez se destaca a vereadora Michele Collins (PP) com 10 projetos sobre a temática no período. Os vereadores Eduardo Marques e Alcides Cardoso não produziram projetos sobre a temática religiosa no biênio.

Quadro 21 - Projetos de Lei Ordinária de temática religiosa (Bancada Cristã)

VEREADOR	IDEOLOGIA RELIGIOSA	ECONOMIA RELIGIOSA	TOTAL DE PLOS NO TEMA
Ana Lúcia	0	1	1
Alcides Cardoso	0	0	0
Almir Fernando	0	0	1
Eduardo Marques	0	0	0
Felipe Alecrim	1	3	4
Fred Ferreira	1	0	1
Luiz Eustáquio	0	1	1
Michele Collins	3	7	10
Professor Mirinho	0	1	1
Júnior Tércio	1	1	2
Renato Antunes	0	1	1

Com a análise das duas legislaturas, percebemos que o interesse médio pelos temas da agenda evangélica é ainda menor do que o obtido nos dados que os consideram como grupo. Nas duas legislaturas, a produção da Missionária Michele Collins foi muito maior do que seus parceiros de bancada e acabou inflando os números da saliência dos temas. Descoberto esse destaque da vereadora e somado aos achados prévios que já apontavam uma baixa priorização ao temas, temos que o interesse dos vereadores membros da bancada evangélica nos temas da agenda conservadora é muito baixa e sofre efeito de uma única parlamentar específica que prioriza em sua atividade legislativa a defesa desses temas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de existirem provas da promoção pelos vereadores da bancada evangélica de todas as retóricas previstas pela literatura como de interesse do grupo, a saliência dos temas, mesmo se somado a ideologia religiosa com as instituições religiosas, ainda representou uma saliência bastante baixa. Na 17ª legislatura o comportamento da bancada evangélica foi semelhante ao comportamento do grupo de demais vereadores em relação aos temas mais priorizados, com destaque a saúde e transporte, onde nos dois grupos as temáticas passaram dos 9% da produção total. Sobre os temas religiosos, focos do trabalho, mesmo dentro do grupo religioso essas temáticas tiveram um papel diminuto na legislatura, representando se somadas apenas 5% da produção. Esse número foi superior à produção do grupo dos demais vereadores, que produziu 1%, mas 5% ainda é um percentual bem baixo.

No biênio analisado da 18ª legislatura, o padrão de semelhança entre o grupo evangélico e o dos demais vereadores na saliência temática se manteve, com saúde sendo o tema mais saliente para os dois grupos e acessibilidade e funcionamento interno e homenagens entre os mais representativos. Em relação à priorização de temas religiosos, o padrão de comportamento da bancada cristã apresentou na soma dos dois temas 4,5% de sua produção, o que colocaria a temática religiosa na sétima posição, empatado com segurança pública. No biênio 2021-2022 outro ponto interessante é o destaque dado a temas religiosos pelo grupo formado pelos demais vereadores, onde sua produção supera em termos proporcionais a produção do grupo religioso tanto nos projetos relacionados a instituições religiosas, que representou 3,3% de sua produção, contra 2,7% da bancada cristã, como em projetos relacionados a temática ideológica, que representou 1,9% de sua produção, contra 1,8% da bancada cristã. Valores mais próximos, mas ainda superiores. Em relação aos temas abordados pela bancada evangélica, não encontramos na atividade legislativa limites temáticos dentro da agenda conservadora. Com projetos de lei propostos por membros do legislativo municipal discutindo até sobre a legislação de direitos do nascituro.

Na etapa final da análise de dados realizada pelo trabalho, ao individualizamos a produção de PLOs dos vereadores das bancadas evangélicas, descobrimos o destaque que a vereadora Missionário Michele Collins teve na defesa da agenda evangélica. A produção da vereadora destoava de tamanha forma do padrão realizado pelos seus colegas de bancada, que

sozinha, no intervalo de 6 anos analisados no presente estudo Michele produziu 26 projetos de lei ordinária, número superior a todos os seus colegas somados: 24. Sozinha a vereadora representou 52% das proposições de temática religiosa. Como citado na seção anterior, esse destaque da vereadora somado aos achados prévios que já apontavam uma baixa priorização, temos que o interesse dos vereadores membros da bancada evangélica nos temas da agenda foi superestimada, efeito de uma única parlamentar específica que prioriza em sua atividade legislativa a defesa desses temas e acaba inflando os resultados do grupo.

Dentro da bancada evangélica, nos seis anos estudados também tivemos na figura de Alcides Cardoso, Carlos Gueiros e Eduardo Marques vereadores que não produziram nenhum projeto de lei sobre a temática religiosa, o que pode indicar que o mero pertencimento à bancada não necessariamente se reflete em uma produção de leis que priorize os temas da agenda. Em seis anos, o vereador Luiz Eustáquio produziu 1 projeto de lei relacionado de alguma forma à agenda.

Considerando as outras possibilidades de atuação legislativa de caráter mais retórico, como apresentado anteriormente a bancada evangélica se destaca levemente nos projetos de decreto legislativo, votos de aplauso e votos de repúdio, produzindo mais que o grupo dos demais vereadores, com diferenças que variam desde alguns pontos percentuais até empates técnicos. As retóricas contidas nessas outras modalidades ou repetiram algumas das retóricas já contidas nos projetos de lei ordinária ou foram homenagens simples, como distribuições de medalha de mérito, títulos de cidadão recifense e votos de aplauso a figuras de destaque variado ligados de alguma forma a instituições religiosas, principalmente clérigos das mais diversas religiões.

Outro achado do trabalho foi a atuação de um pequeno grupo de vereadores de esquerda que atuam como um “grupo de oposição” informal aos interesses da agenda evangélica, produzindo leis sobre os temas de interesse religioso porém com uma posição contrária, defendendo a liberdade religiosa, os direitos reprodutivos e combatendo formas de discriminação contra a população LGBTQIA+. Sobre o grupo dos demais vereadores, em relação ao conteúdo dos projetos a grande maioria dos vereadores possui uma posição muito semelhante a boa parte dos vereadores da bancada cristã e evangélica, com pouca ou nenhuma produção referente a temas religiosos. Dentro dessa pequena produção, seus assuntos geralmente se restringem em grande parte a produção relativa a assuntos mais marginais, como homenagens a instituições e figuras religiosas e o estabelecimento de datas comemorativas.

As motivações por trás do achado de uma pequena priorização quantitativa da agenda evangélica na produção legislativa desses vereadores da bancada supera a capacidade teórica e material do presente trabalho, ficando como agenda futura de pesquisas com caráter qualitativo. Ao focarmos nossa análise apenas na proposição de projetos, devemos considerar estas como ações que recomendam mudanças no *status quo*, porém, no caso dos temas de interesse dos vereadores religiosos, o *status quo* pode já ser favorável, não requerendo assim ações propositivas e sim a oposição a iniciativas que ameacem o cenário atual. Nesse contexto, vereadores de partidos de esquerda que mostram um interesse na defesa do direito de minorias sociais e religiosas podem enxergar mais possíveis ganhos dentro da arena política, desafiando um *status quo* desfavorável. Mesmo no caso de *religiously based politicians*, entre os motivadores da ação legislativa, sempre deve ser considerada uma ação parlamentar mais guiada pela estratégia eleitoral ou partidária e menos pela ideologia (SMITH, 2019). Como já demonstrado anteriormente, diferenças entre as opiniões do eleitorado religioso evangélico e católico e seus representantes eleitos pode decorrer da atuação de lideranças religiosas, que podem possuir prioridades e interesses que diferem dos sinalizados por seus correligionários (SMITH, 2019).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada-evangélicos e conservadorismo. **cadernos pagu**, p. e175001, 2017.

AMES, Barry. Electoral rules, constituency pressures, and pork barrel: bases of voting in the Brazilian Congress. **The Journal of politics**, v. 57, n. 2, p. 324-343, 1995.

BARGSTED, Matías Andrés; DE LA CERDA, Nicolás. Ideological Preferences and Evolution of the Religious Cleavage in Chile, 1998–2014. **Latin American Research Review**, v. 54, n. 2, p. 348-365, 2019.

BATISTA, Mariana. QUAIS POLÍTICAS IMPORTAM? Usando ênfases na agenda legislativa para mensurar saliência. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, p. e3510411, 2020.

BATISTA, Mariana; VIEIRA, Bhreno. Mensurando Saliência: uma medida com base em ênfase na agenda legislativa do Brasil (1995–2014). **Primeira Versão. Manuscrito apresentado para X ABCP**, 2016.

BEBBINGTON, David W. **Evangelicalism in Modern Britain: A History from the 1730s to the 1980s**. Routledge, 2003.

Bertho, Aloizio Penido. 2002. “O pastor, a igreja e a política.” *O Jornal Batista* 102(21):9.

BOAS, Taylor C. Pastor Paulo vs. Doctor Carlos: Professional titles as voting heuristics in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, v. 6, n. 2, p. 39-72, 2014.

BOAS, Taylor C. **Evangelicals and Electoral Politics in Latin America: A Kingdom of This World**. Cambridge University Press, 2023.

BOAS, Taylor C.; SMITH, Amy Erica. Looks like me, thinks like me: descriptive representation and opinion congruence in Brazil. **Latin American Research Review**, v. 54, n. 2, p. 310-328, 2019.

BORGES, Tiago Daher Padovezi. Identidade política evangélica e os deputados estaduais brasileiros. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 35, 2009.

BISPO, Hugo Cavalcanti et al. Religião e conexão eleitoral: um estudo sobre a frente parlamentar evangélica da câmara de vereadores do Recife. 2020.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?. 2015..

CAMPBELL, Andrea Louise. Participatory reactions to policy threats: Senior citizens and the defense of Social Security and Medicare. **Political Behavior**, v. 25, p. 29-49, 2003.

CAMPOS, Leonildo Silveira. O projeto político de “governo do justo”: os recuos e avanços dos evangélicos nas eleições de 2006 e 2010 para a Câmara Federal. **Debates do NER**, v. 2, n. 18, p. 39-82, 2010.

CAREY, John M.; SHUGART, Matthew Soberg. Incentives to cultivate a personal vote: A rank ordering of electoral formulas. **Electoral studies**, v. 14, n. 4, p. 417-439, 1995.

CARVALHO, Lílían Barros. **Influência parlamentar: uma análise dos fatores que contribuem para a eficácia legislativa dos projetos de lei em saúde**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

Capa. Disponível em: <<https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

DE CARVALHO, Osiel Lourenço. Pentecostalismo na esfera pública—a participação das Assembleias de Deus na política partidária brasileira. **Azusa: Revista de Estudos Pentecostais**, v. 5, n. 1, 2015.

CARVALHO JUNIOR, Erico Tavares de; ORO, Ari Pedro. Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras. **Debates do NER. Porto Alegre, RS. Vol. 18, n. 32 (jul./dez. 2017), p.[15]-68**, 2017.

CHAPMAN, John William; PENNOCK, James Roland (Ed.). **Representation: Yearbook of the American Society for Political and Legal Philosophy**. Atherton Press, 1968.

Confusão com vereadores e deputados marca aborto legal de criança de dez anos no Recife. *Jornal do Commercio*, Recife, 16/08/2020. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2020/08/11963431-confusao-com-vereadores-e-deputados-marca-aborto-legal-de-crianca-de-dez-anos-no-recife.html>. Acesso em: 14/09/2021.

CORADINI, Odaci Luiz. Politização de interesses através de frentes parlamentares. **Tomo: revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Cristovão, SE. Vol. 10, n. 13 (jul./dez. 2008), p. 75-92**, 2008.

_____. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, p. 241-256, 2010.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral et al. *Religião e política: ideologia e ação da Bancada Evangélica na Câmara Federal*. 2011.

DE SOUZA, Sandra Duarte. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. **Estudos de religião**, v. 27, n. 1, p. 177-201, 2013.

_____. “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. **Estudos de Religião**, v. 28, n. 2, p. 188-204, 2014.

DOS SANTOS, André Luis. O Processo de Formação das Atitudes Políticas dos Jovens da Assembléia de Deus em Porto Alegre/RS. **Revista Historiador**, n. 2, 2009

DOS SANTOS CORREA, Marina Aparecida Oliveira; XAVIER, Liniker Henrique. BANCADA EVANGÉLICA DA CÂMARA DO RECIFE: O APOGEU EM 2016, A PERDA DE VOTOS EM 2020 E O VOTO EVANGÉLICO INSTITUCIONALIZADO. **PARALELLUS Revista de Estudos de Religião-UNICAP**, v. 12, n. 29, p. 295-323, 2021.

EULAU, Heinz; KARPS, Paul D. The puzzle of representation: Specifying components of responsiveness. **Legislative Studies Quarterly**, p. 233-254, 1977.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONG, Fernando de Magalhaes Papaterra. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Editora fgv, 1999.

Finke, Roger and Rodney Stark. 1992. *The Churching of America, 1776–1990: Winners and Losers in our Religious Economy*. New Brunswick: Rutgers University Press.

FRESTON, Paul. **Protestantismo e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. 1993. Tese de Doutorado. [sn].

FRESTON, Paul. Brother votes for brother: the new politics of Protestantism in Brazil. **Rethinking Protestantism in Latin America**, p. 66-110, 1993.

FRESTON, Paul. **Evangelicals and Politics in Asia, Africa and Latin America**. Cambridge Univ. Press, 2001.

FRESTON, Paul. **Evangelical christianity and democracy in Latin America**. Oxford University Press, 2008.

GAGNON, Valère Philip. **The myth of ethnic war: Serbia and Croatia in the 1990s**. Cornell University Press, 2017.

GASKILL, Newton Jeffrey. *Power from on high: the political mobilization of Brazilian evangelical Protestantism*. 2002.

GRZYMALA-BUSSE, Anna. Why comparative politics should take religion (more) seriously. **Annual Review of Political Science**, v. 15, p. 421-442, 2012.

GRZYMAŁA-BUSSE, Anna M. Nations under God: How churches use moral authority to influence policy. 2015.

HAGOPIAN, Frances. Democracy and political representation in Latin America in the 1990s: pause, reorganization, or decline?. **Fault lines of democracy in post-transition Latin America**, p. 99-143, 1998.

HAGOPIAN, Frances. Paradoxes of democracy and citizenship in Brazil. **Latin American Research Review**, v. 46, n. 3, p. 216-227, 2011.

HASKELL, David Millard; FLATT, Kevin N.; BURGOYNE, Stephanie. Theology matters: Comparing the traits of growing and declining mainline Protestant church attendees and clergy. **Review of Religious Research**, v. 58, n. 4, p. 515-541, 2016.

HEYWOOD, Andrew; CHIN, Clayton. **Political theory: An introduction**. Bloomsbury Publishing, 2023.

HOLLAND, Alisha C.; PALMER-RUBIN, Brian. Beyond the machine: Clientelist brokers and interest organizations in Latin America. **Comparative Political Studies**, v. 48, n. 9, p. 1186-1223, 2015.

HUDDY, Leonie. From group identity to political cohesion and commitment. 2013.

HUMPHREYS, Macartan; GARRY, John. Thinking about salience. Harvard University. **Unpublished manuscript**, 2000.

IANNACCONE, Laurence R. Why strict churches are strong. **American Journal of sociology**, v. 99, n. 5, p. 1180-1211, 1994..

IBGE | Censo 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

JÚNIOR, Sérgio Simoni; MUCINHATO, Rafael; MINGARDI, Lucas. O perfil biográfico do “alto clero” da Câmara dos Deputados no Brasil.

KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. **The fundamentals of political science research**. Cambridge University Press, 2018.

KUREBWA, Jeffrey. A review of Hanna Pitkin’s (1967) conception of women’s political representation. **International Journal of Scientific and Research Publications**, v.

5, n. 11, p. 50-60, 2015.

LACERDA, Fábio. Pentecostais, clientelismo e política: uma avaliação da literatura sobre América Latina e Brasil. **Leviathan (São Paulo)**, n. 12, p. 1-44, 2016.

LAYER, Michael (Ed.). **Estimating the policy position of political actors**. Routledge, 2003.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **Dados**, v. 57, p. 601-631, 2014.

MAINWARING, Scott. **Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil**. Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, Scott. **The crisis of democratic representation in the Andes**. Stanford University Press, 2006.

MAYHEW, David R. **Congress: The electoral connection**. Yale university press, 2004.

MAYKA, Lindsay; SMITH, Amy Erica. Introduction the grassroots right in Latin America: patterns, causes, and consequences. **Latin American Politics and Society**, v. 63, n. 3, p. 1-20, 2021.

MARGOLIS, Michele F. **From politics to the pews: How partisanship and the political environment shape religious identity**. University of Chicago Press, 2018.

MARIANO, Ricardo; ORO, Ari Pedro. The reciprocal instrumentalization of religion and politics in Brazil. **Annual Review of the Sociology of religion**, p. 245-266, 2011.

MCCLENDON, Gwyneth H.; RIEDL, Rachel Beatty. **From pews to politics: Religious sermons and political participation in Africa**. Cambridge University Press, 2019.

MCDOOM, Omar Shahabudin. The psychology of threat in intergroup conflict: Emotions, rationality, and opportunity in the Rwandan genocide. **International security**, v. 37, n. 2, p. 119-155, 2012.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. **The Israel lobby and US foreign policy**. Macmillan, 2007.

MENCHIK, Jeremy. Beyond secular democracy: religion, politics, and modernity. 2018.

MILLER, Joanne M.; KROSNICK, Jon A. Threat as a motivator of political activism: A field experiment. **Political Psychology**, v. 25, n. 4, p. 507-523, 2004.

MILLS, Albert J.; DUREPOS, Gabrielle; WIEBE, Elden (Ed.). **Encyclopedia of case study research**. Sage publications, 2009.

MORAES, Katarina. Vereadores do Recife aprovam voto de aplauso ao Movimento Pró-vida-PE que tentou impedir aborto legal de criança. Jornal do Commercio, Recife, 23/08/2021. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/politica/2021/08/13032365-vereadores-do-recife-aprovam-voto-de-aplauso-ao-movimento-provida-pe-que-tentou-impedir-aborto-legal-de-crianca.html>. Acesso em: 14/09/2021.

MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaqui. Quem são os deputados brasileiros? Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012. In: **O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo**. 2014. p. 61-88..

Nas revistas: a frente gay no paredão do congresso. Época, 19/02/2011. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/nas-revistas-a-frente-gay-no-paredao-do-congresso/>. Acesso em: 14/09/2021.

NEUENDORF, Kimberly A. **The content analysis guidebook**. sage, 2017.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

ORO, Ari Pedro. Organização eclesial e eficácia política O caso da Igreja Universal do Reino de Deus. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 1, p. 97-109, 2003.

ORTIZ, R.; RODRIGO, Juan. Iglesias evangélicas y política en Chile: 1810–1938. **Comunidad Teológica Evangélica, Santiago**, 2012.

GUADALUPE, José Luis Pérez. ¿ Políticos Evangélicos o Evangélicos Políticos?. **mérica L**, p. 11.

Pesquisa de Proposições — Câmara Municipal do Recife - PE. Disponível em: <<https://www.recife.pe.leg.br/atividade-legislativa/pesquisa-de-proposicoes>>. Acesso em: 26 jan. 2024a.

Pesquisa de Proposições — Câmara Municipal do Recife - PE. Disponível em: <<https://www.recife.pe.leg.br/atividade-legislativa/pesquisa-de-proposicoes>>. Acesso em: 26

jan. 2024b.

PHILPOTT, Daniel. Explaining the political ambivalence of religion. **American Political Science Review**, v. 101, n. 3, p. 505-525, 2007.

PIERSON, Paul. The new politics of the welfare state. **World politics**, v. 48, n. 2, p. 143-179, 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. **Realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**, 1996.

PITKIN, Hanna Fenichel. The concept of representation. In: **Democracy: A Reader**. Columbia University Press, 2016. p. 155-158.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. A? nova direita? brasileira na prática: as proposições protocoladas pelo PSL na Câmara dos Deputados (2019). **44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020, Brasil.**, 2020.

REICH, Gary; DOS SANTOS, Pedro. The rise (and frequent fall) of Evangelical politicians: organization, theology, and church politics. **Latin American Politics and Society**, v. 55, n. 4, p. 1-22, 2013.

Resultados das eleições. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/resultados-eleicoes>>. Acesso em: 26 jan. 2024.

ROBERTS, Kenneth M. Market reform, programmatic (de) alignment, and party system stability in Latin America. **Comparative Political Studies**, v. 46, n. 11, p. 1422-1452, 2013.

ROBERTSON, David Bruce. A theory of party competition. **(No Title)**, 1976.

SANTOS, Caio Cavalcante dos. **O quilombo da Praça dos Três Poderes: uma análise da atuação parlamentar em torno de uma agenda legislativa negra**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SCHÖNWÄLDER, Karen. Immigrant representation in Germany's regional states: The puzzle of uneven dynamics. **West European Politics**, v. 36, n. 3, p. 634-651, 2013.

SCHULENBERG, Shawn Richard. **From international idea to domestic policy: Explaining the emergence of same-sex partnership recognition in Argentina and Brazil**. 2010. Tese de Doutorado. UC Riverside.

SILVA, Gustavo Tadeu Reis. Impactos das frentes parlamentares na dinâmica do Congresso Nacional durante a presidência do Partidos dos Trabalhadores (52º a 54º Legislatura). 2014.

SILVA, Patrick Cunha. **O Poder Legislativo municipal: estrutura, composição e produção**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SILVA, Victor Augusto Araújo. **A religião distrai os pobres? Pentecostalismo e voto redistributivo no Brasil**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SIMONI JUNIOR, Sergio; MOREIRA DARDAQUE, Rafael; MALTA MINGARDI, Lucas. A elite parlamentar brasileira de 1995 a 2010: até que ponto vai a popularização da classe política?. **Colombia Internacional**, n. 87, p. 109-143, 2016.

SOUSA, Gustavo José Carvalho de. A institucionalização das frentes parlamentares e a especialização da atividade legislativa na Câmara dos Deputados. 2017.

SMITH, Amy Erica. When clergy are threatened: Catholic and Protestant leaders and political activism in Brazil. **Politics and Religion**, v. 9, n. 3, p. 431-455, 2016.

SMITH, Amy Erica. **Religion and Brazilian democracy: mobilizing the people of God**. Cambridge University Press, 2019.

STARK, Rodney; IANNACCONE, Laurence R. A supply-side reinterpretation of the "secularization" of Europe. **Journal for the scientific study of religion**, p. 230-252, 1994.

STARK, Rodney; FINKE, Roger. **Acts of faith: Explaining the human side of religion**. Univ of California Press, 2000.

STARK, Rodney; BAINBRIDGE, William Sims. **A theory of religion**. Lang, 1987.

SYLVESTRE, Josué. **Irmão vota em irmão: Os evangélicos, a constituinte ea Bíblia**. Pergaminho, 1986.

TAROUCO, GABRIELA DA SILVA. INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO. 2007.

TORRENS, Antonio Carlos. A atividade legislativa municipal e sua efetividade. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 4, n. 128, p. 10.5380, 2018.

VALENZUELA CARVALLO, Eduardo; BARGSTED, Matías; SOMMA GONZÁLEZ, Nicolás Manuel. ¿ En qué creen los chilenos?: naturaleza y alcance del cambio religioso en Chile. 2013.

VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães do. **Pentecostalismo e lulismo na periferia de São Paulo: estudo de caso sobre uma Assembleia de Deus na eleição municipal de 2012**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Fundação Heinrich Böll, 2013.

VOLDEN, Craig; WISEMAN, Alan E. Legislative effectiveness in Congress. **Manuscript, The Ohio State University**, 2009.

WARNER, R. Stephen. Work in progress toward a new paradigm for the sociological study of religion in the United States. **American journal of sociology**, v. 98, n. 5, p. 1044-1093, 1993.

APÊNDICE A - BANCO DE DADOS

Projetos de lei ordinária (2021/2022)

Arquivo Editar Ver Inserir Formatar Dados Ferramentas Extensões Ajuda

100%
R\$ % .0 .00 123
Padrã...
- 10 + B I A
123
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039 1040 1041 1042 1043 1044 1045 1046 1047 1048 1049 1050 1051 1052 1053 1054 1055 1056 1057 1058 1059 1060 1061 1062 1063 1064 1065 1066 1067 1068 1069 1070 1071 1072 1073 1074 1075 1076 1077 1078 1079 1080 1081 1082 1083 1084 1085 1086 1087 1088 1089 1090 1091 1092 1093 1094 1095 1096 1097 1098 1099 1100 1101 1102 1103 1104 1105 1106 1107 1108 1109 1110 1111 1112 1113 1114 1115 1116 1117 1118 1119 1120 1121 1122 1123 1124 1125 1126 1127 1128 1129 1130 1131 1132 1133 1134 1135 1136 1137 1138 1139 1140 1141 1142 1143 1144 1145 1146 1147 1148 1149 1150 1151 1152 1153 1154 1155 1156 1157 1158 1159 1160 1161 1162 1163 1164 1165 1166 1167 1168 1169 1170 1171 1172 1173 1174 1175 1176 1177 1178 1179 1180 1181 1182 1183 1184 1185 1186 1187 1188 1189 1190 1191 1192 1193 1194 1195 1196 1197 1198 1199 1200 1201 1202 1203 1204 1205 1206 1207 1208 1209 1210 1211 1212 1213 1214 1215 1216 1217 1218 1219 1220 1221 1222 1223 1224 1225 1226 1227 1228 1229 1230 1231 1232 1233 1234 1235 1236 1237 1238 1239 1240 1241 1242 1243 1244 1245 1246 1247 1248 1249 1250 1251 1252 1253 1254 1255 1256 1257 1258 1259 1260 1261 1262 1263 1264 1265 1266 1267 1268 1269 1270 1271 1272 1273 1274 1275 1276 1277 1278 1279 1280 1281 1282 1283 1284 1285 1286 1287 1288 1289 1290 1291 1292 1293 1294 1295 1296 1297 1298 1299 1300 1301 1302 1303 1304 1305 1306 1307 1308 1309 1310 1311 1312 1313 1314 1315 1316 1317 1318 1319 1320 1321 1322 1323 1324 1325 1326 1327 1328 1329 1330 1331 1332 1333 1334 1335 1336 1337 1338 1339 1340 1341 1342 1343 1344 1345 1346 1347 1348 1349 1350 1351 1352 1353 1354 1355 1356 1357 1358 1359 1360 1361 1362 1363 1364 1365 1366 1367 1368 1369 1370 1371 1372 1373 1374 1375 1376 1377 1378 1379 1380 1381 1382 1383 1384 1385 1386 1387 1388 1389 1390 1391 1392 1393 1394 1395 1396 1397 1398 1399 1400 1401 1402 1403 1404 1405 1406 1407 1408 1409 1410 1411 1412 1413 1414 1415 1416 1417 1418 1419 1420 1421 1422 1423 1424 1425 1426 1427 1428 1429 1430 1431 1432 1433 1434 1435 1436 1437 1438 1439 1440 1441 1442 1443 1444 1445 1446 1447 1448 1449 1450 1451 1452 1453 1454 1455 1456 1457 1458 1459 1460 1461 1462 1463 1464 1465 1466 1467 1468 1469 1470 1471 1472 1473 1474 1475 1476 1477 1478 1479 1480 1481 1482 1483 1484 1485 1486 1487 1488 1489 1490 1491 1492 1493 1494 1495 1496 1497 1498 1499 1500 1501 1502 1503 1504 1505 1506 1507 1508 1509 1510 1511 1512 1513 1514 1515 1516 1517 1518 1519 1520 1521 1522 1523 1524 1525 1526 1527 1528 1529 1530 1531 1532 1533 1534 1535 1536 1537 1538 1539 1540 1541 1542 1543 1544 1545 1546 1547 1548 1549 1550 1551 1552 1553 1554 1555 1556 1557 1558 1559 1560 1561 1562 1563 1564 1565 1566 1567 1568 1569 1570 1571 1572 1573 1574 1575 1576 1577 1578 1579 1580 1581 1582 1583 1584 1585 1586 1587 1588 1589 1590 1591 1592 1593 1594 1595 1596 1597 1598 1599 1600 1601 1602 1603 1604 1605 1606 1607 1608 1609 1610 1611 1612 1613 1614 1615 1616 1617 1618 1619 1620 1621 1622 1623 1624 1625 1626 1627 1628 1629 1630 1631 1632 1633 1634 1635 1636 1637 1638 1639 1640 1641 1642 1643 1644 1645 1646 1647 1648 1649 1650 1651 1652 1653 1654 1655 1656 1657 1658 1659 1660 1661 1662 1663 1664 1665 1666 1667 1668 1669 1670 1671 1672 1673 1674 1675 1676 1677 1678 1679 1680 1681 1682 1683 1684 1685 1686 1687 1688 1689 1690 1691 1692 1693 1694 1695 1696 1697 1698 1699 1700 1701 1702 1703 1704 1705 1706 1707 1708 1709 1710 1711 1712 1713 1714 1715 1716 1717 1718 1719 1720 1721 1722 1723 1724 1725 1726 1727 1728 1729 1730 1731 1732 1733 1734 1735 1736 1737 1738 1739 1740 1741 1742 1743 1744 1745 1746 1747 1748 1749 1750 1751 1752 1753 1754 1755 1756 1757 1758 1759 1760 1761 1762 1763 1764 1765 1766 1767 1768 1769 1770 1771 1772 1773 1774 1775 1776 1777 1778 1779 1780 1781 1782 1783 1784 1785 1786 1787 1788 1789 1790 1791 1792 1793 1794 1795 1796 1797 1798 1799 1800 1801 1802 1803 1804 1805 1806 1807 1808 1809 1810 1811 1812 1813 1814 1815 1816 1817 1818 1819 1820 1821 1822 1823 1824 1825 1826 1827 1828 1829 1830 1831 1832 1833 1834 1835 1836 1837 1838 1839 1840 1841 1842 1843 1844 1845 1846 1847 1848 1849 1850 1851 1852 1853 1854 1855 1856 1857 1858 1859 1860 1861 1862 1863 1864 1865 1866 1867 1868 1869 1870 1871 1872 1873 1874 1875 1876 1877 1878 1879 1880 1881 1882 1883 1884 1885 1886 1887 1888 1889 1890 1891 1892 1893 1894 1895 1896 1897 1898 1899 1900 1901 1902 1903 1904 1905 1906 1907 1908 1909 1910 1911 1912 1913 1914 1915 1916 1917 1918 1919 1920 1921 1922 1923 1924 1925 1926 1927 1928 1929 1930 1931 1932 1933 1934 1935 1936 1937 1938 1939 1940 1941 1942 1943 1944 1945 1946 1947 1948 1949 1950 1951 1952 1953 1954 1955 1956 1957 1958 1959 1960 1961 1962 1963 1964 1965 1966 1967 1968 1969 1970 1971 1972 1973 1974 1975 1976 1977 1978 1979 1980 1981 1982 1983 1984 1985 1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076 2077 2078 2079 2080 2081 2082 2083 2084 2085 2086 2087 2088 2089 2090 2091 2092 2093 2094 2095 2096 2097 2098 2099 2100 2101 2102 2103 2104 2105 2106 2107 2108 2109 2110 2111 2112 2113 2114 2115 2116 2117 2118 2119 2120 2121 2122 2123 2124 2125 2126 2127 2128 2129 2130 2131 2132 2133 2134 2135 2136 2137 2138 2139 2140 2141 2142 2143 2144 2145 2146 2147 2148 2149 2150 2151 2152 2153 2154 2155 2156 2157 2158 2159 2160 2161 2162 2163 2164 2165 2166 2167 2168 2169 2170 2171 2172 2173 2174 2175 2176 2177 2178 2179 2180 2181 2182 2183 2184 2185 2186 2187 2188 2189 2190 2191 2192 2193 2194 2195 2196 2197 2198 2199 2200 2201 2202 2203 2204 2205 2206 2207 2208 2209 2210 2211 2212 2213 2214 2215 2216 2217 2218 2219 2220 2221 2222 2223 2224 2225 2226 2227 2228 2229 2230 2231 2232 2233 2234 2235 2236 2237 2238 2239 2240 2241 2242 2243 2244 2245 2246 2247 2248 2249 2250 2251 2252 2253 2254 2255 2256 2257 2258 2259 2260 2261 2262 2263 2264 2265 2266 2267 2268 2269 2270 2271 2272 2273 2274 2275 2276 2277 2278 2279 2280 2281 2282 2283 2284 2285 2286 2287 2288 2289 2290 2291 2292 2293 2294 2295 2296 2297 2298 2299 2300 2301 2302 2303 2304 2305 2306 2307 2308 2309 2310 2311 2312 2313 2314 2315 2316 2317 2318 2319 2320 2321 2322 2323 2324 2325 2326 2327 2328 2329 2330 2331 2332 2333 2334 2335 2336 2337 2338 2339 2340 2341 2342 2343 2344 2345 2346 2347 2348 2349 2350 2351 2352 2353 2354 2355 2356 2357 2358 2359 2360 2361 2362 2363 2364 2365 2366 2367 2368 2369 2370 2371 2372 2373 2374 2375 2376 2377 2378 2379 2380 2381 2382 2383 2384 2385 2386 2387 2388 2389 2390 2391 2392 2393 2394 2395 2396 2397 2398 2399 2400 2401 2402 2403 2404 2405 2406 2407 2408 2409 2410 2411 2412 2413 2414 2415 2416 2417 2418 2419 2420 2421 2422 2423 2424 2425 2426 2427 2428 2429 2430 2431 2432 2433 2434 2435 2436 2437 2438 2439 2440 2441 2442 2443 2444 2445 2446 2447 2448 2449 2450 2451 2452 2453 2454 2455 2456 2457 2458 2459 2460 2461 2462 2463 2464 2465 2466 2467 2468 2469 2470 2471 2472 2473 2474 2475 2476 2477 2478 2479 2480 2481 2482 2483 2484 2485 2486 2487 2488 2489 2490 2491 2492 2493 2494 2495 2496 2497 2498 2499 2500 2501 2502 2503 2504 2505 2506 2507 2508 2509 2510 2511 2512 2513 2514 2515 2516 2517 2518 2519 2520 2521 2522 2523 2524 2525 2526 2527 2528 2529 2530 2531 2532 2533 2534 2535 2536 2537 2538 2539 2540 2541 2542 2543 2544 2545 2546 2547 2548 2549 2550 2551 2552 2553 2554 2555 2556 2557 2558 2559 2560 2561 2562 2563 2564 2565 2566 2567 2568 2569 2570 2571 2572 2573 2574 2575 2576 2577 2578 2579 2580 2581 2582 2583 2584 2585 2586 2587 2588 2589 2590 2591 2592 2593 2594 2595 2596 2597 2598 2599 2600 2601 2602 2603 2604 2605 2606 2607 2608 2609 2610 2611 2612 2613 2614 2615 2616 2617 2618 2619 2620 2621 2622 2623 2624 2625 2626 2627 2628 2629 2630 2631 2632 2633 2634 2635 2636 2637 2638 2639 2640 2641 2642 2643 2644 2645 2646 2647 2648 2649 2650 2651 2652 2653 2654 2655 2656 2657 2658 2659